



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

JOEL DO NASCIMENTO CARLOS

**BOLSA FAMÍLIA E INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL
NO BRASIL (2016-2022)**

NATAL/RN

2025

JOEL DO NASCIMENTO CARLOS

**BOLSA FAMÍLIA E INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL
NO BRASIL (2016-2022)**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Cassiano José Bezerra Marques Trovão

NATAL/RN

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Carlos, Joel do Nascimento.

Bolsa Família e insuficiência socioeconômica multidimensional no Brasil (2016-2022) / Joel do Nascimento Carlos. - 2025.
61f.: il.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Ciências Econômicas, Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Cassiano José Bezerra Marques Trovão.

1. Programa Bolsa Família - Monografia. 2. Insuficiência socioeconômica multidimensional - Monografia. 3. Políticas públicas - Monografia. 4. Pós-Keynesianismo - Monografia. I. Trovão, Cassiano José Bezerra Marques. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 364.3

JOEL DO NASCIMENTO CARLOS

**BOLSA FAMÍLIA E INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL
NO BRASIL (2016-2022)**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 22/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cassiano José Bezerra Marques Trovão
Orientador – DEPEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

Prof. Dra. Rosângela dos Santos Alves Pequeno
Examinadora interna – DEPEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

*Aos meus avôs que já partiram: Valdeci e José Carlos.
Dedico também às minhas avós que ainda estão aqui e que
sempre tiveram o sonho de me ver concluir a graduação:
Antônia e Maria de Lourdes. Obrigado por tanto amor!*

AGRADECIMENTOS

Já dizia o filósofo Marco Túlio Cícero que a gratidão não é apenas a maior das virtudes, mas a mãe de todas as outras. Dessa forma, o que seria eu sem a essência da gratidão? Ou o que faria eu se não ousasse reconhecer as maestrias do universo, a criação divina e as pessoas que me permitiram chegar até aqui? Afinal, por muito tempo acreditei que situações desconfortáveis e pessoas não tão agradáveis poderiam comprometer a construção da minha base. Contudo, foram justamente essas pessoas que – acreditem – edificaram partes da minha estrutura de vida que nenhuma outra, por mais virtuosa que fosse, seria capaz de construir.

Sendo assim, ciente de que minha confiança está em Deus e de que tudo o que faço e tudo o que sou pertencem a Ele, começo esta declaração de amor. Não apenas por Ele ter me escolhido para viver um momento tão especial como este, mas também por ter colocado em meu caminho pessoas boas e ruins, momentos de felicidade e tristeza, situações aconchegantes e desconfortáveis, com o nítido propósito de ensinar aquilo que ninguém jamais escreveu ou sequer estudou.

Passemos, então, à reflexão sobre qual seria a base ideal para a formação de uma pessoa verdadeiramente grata. Acredito, sem receio de equívoco, que seja uma família unida. E, por unida, não me refiro à perfeição, mas àquela que resiste às crises e permanece resiliente. Dessa forma, todos os nomes que mencionarei a partir de agora são parte da minha família, e desejo profundamente que se vejam incluídos dessa maneira.

Agradeço, portanto, à minha família biológica, pela qual fui gerado: meus pais Rogéria Silva e Jair Carlos. Sou grato pelo maior amor da minha vida, minha companheira e melhor amiga, minha irmã Ruthmeiry Carlos. Expresso também minha gratidão às minhas avós que ainda vivem e respiram com saúde, Antônia Costa e Maria de Lourdes Silva, bem como à Kesia Nascimento, minha prima, cuja família tenho profundo afeto. Não poderia haver outro espaço mais apropriado para dedicar meu mais especial agradecimento ao meu companheiro de vida e jornada, Guilherme Brandão, a quem não apenas amo, mas a quem visualizo ao meu lado por toda a vida que me resta.

Agradeço igualmente às minhas amigas de infância, Maria Clara e Esther Santos – é com emoção que vejo o quanto cresceram junto a mim. À minha amiga de jornada acadêmica Letícia Amaral, com quem compartilho as maiores crises e superações – amo-te profundamente. Registro ainda minha gratidão às minhas companheiras de academia, Amanda Marques e Samara Coutinho, que se tornaram companheiras de vida: a minha formação foi especial por causa de vocês. Reservo um espaço especialmente carinhoso às amigas do ensino médio, que

até hoje tenho o enorme prazer de chamar assim: Helen, Lorena e Noemia – é uma felicidade imensa poder compartilhar minha vida com vocês.

Quero expressar minha gratidão, agora, aos amigos mais gentis, sensíveis e amorosos que já conheci, e que a vida me deu por intermédio de Guilherme. Sou grato a todos do Cariri Cearense, especialmente a Carlos Eduardo, Nayane Vieira, Paulo Ferreira, José Rodrigues, Maria Cícera, Iara Rodrigues, Wesley, Amanda Alexandra, Ernandes Feitosa, Degielly Lohanna, Dani Amaro, Ilduara, Jorge Rodrigues, Mana Sousa, Thamires Brandão e Clarinha. Tenho plena certeza de que sempre encontrarei um lar com qualquer um de vocês.

Devo agradecer, em especial, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela assistência estudantil que foi imprescindível para que eu pudesse concluir este curso com êxito. Agradeço também ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, em especial à professora Maria Lussieu, que integra a direção do Centro e tornou-se, além de uma professora por quem nutro imenso respeito, uma amiga com quem compartilho meus projetos de vida.

Sou igualmente grato ao Departamento de Economia, ao chefe de departamento William, e à coordenação do curso, representada por duas professoras excepcionais e promissoras: Júlia Araújo e Janaina Alves. Estendo minha gratidão a todos os professores do departamento. Contudo, uma pessoa foi decisiva para que meus planos saíssem do papel. Dedico, assim, este espaço ao meu orientador, Cassiano Trovão, que me acolheu como pesquisador voluntário e esteve presente em todas as minhas conquistas acadêmicas até aqui. Trovão, quero que saiba que o seu “sim” transformou completamente a minha visão sobre a academia. Deixo isto registrado para que sirva de exemplo: um único “sim” pode, de fato, transformar uma trajetória inteira.

Espero que todos tenham sido tocados por ao menos uma parcela da imensa gratidão que recebi ao longo de todo este processo. Desejo que todos os nossos objetivos sejam plenamente alcançados e que a desistência nunca se imponha como um fim, mas apenas como um alerta para o necessário e sempre possível recálculo de rota.

“Ninguém dá importância ao pão pela quantidade de pão que existe num país ou no mundo, mas todos medem sua utilidade de acordo com a quantidade disponível para si, e isso, por sua vez, depende da quantidade total”.

Joseph Schumpeter

“A dificuldade real não reside nas novas ideias, mas em conseguir escapar das antigas”.

John Maynard Keynes

RESUMO

O presente trabalho analisa o Programa Bolsa-Família (PBF) sob as perspectivas keynesiana e pós-keynesiana, com foco na insuficiência socioeconômica multidimensional do Brasil. A problemática central da pesquisa reside na persistência das desigualdades estruturais no país, mesmo diante de políticas públicas de transferência de renda, uma vez que elas foram elaboradas para "impactos" de curto prazo de natureza conjuntural. Avaliando se o PBF, além de reduzir a pobreza monetária, contribui efetivamente para mitigar outras formas de privações socioeconômicas. A justificativa do estudo baseia-se na relevância do PBF como política de redistribuição de renda, em uma economia marcada por assimetrias históricas que persistem até os dias atuais, como o legado da escravidão e a estrutura da propriedade de terra no período colonial. Além disso, no potencial explicativo das abordagens keynesianas e pós-keynesianas quanto aos efeitos da demanda agregada e da distribuição de renda no crescimento e estabilidade econômica. O objetivo principal é examinar o fenômeno da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) no Brasil de forma comparativa entre aqueles que são beneficiados pelo Programa Bolsa-Família e os que não fazem parte do Programa, utilizando como ferramenta analítica o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM). Para isso, emprega-se uma metodologia quantitativa, com base em microdados da PNAD Contínua do IBGE, entre os anos de 2016 e 2022, utilizando indicadores de insuficiência socioeconômica multidimensional. A análise empírica compara os beneficiários e não beneficiários do PBF em diversos aspectos, como acesso à educação, saneamento, mercado de trabalho e renda. Os resultados apontam que os beneficiários apresentam maiores privações multidimensionais, revelando o perfil estruturalmente vulnerável da população atendida. Contudo, os dados também evidenciam que o programa pode exercer um papel importante na mitigação dessas privações, principalmente quando combinado a políticas públicas estruturantes. Conclui-se que, sob as lentes keynesianas e pós-keynesianas, o PBF contribui para a dinamização da economia via estímulo à demanda agregada e redução das desigualdades, embora seus efeitos sejam limitados pela fragilidade das estruturas socioeconômicas subjacentes. O estudo destaca a necessidade de uma abordagem integrada entre políticas de transferência de renda e investimentos públicos para alcançar maior equidade social e crescimento econômico sustentável.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Insuficiência Socioeconômica Multidimensional; Pós-Keynesianismo; Desigualdades; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the Programa Bolsa-Família (PBF) through Keynesian and Post-Keynesian perspectives, with a focus on the multidimensional socioeconomic insufficiency in Brazil. The central research problem concerns the persistence of structural inequalities in the country, despite the implementation of income transfer policies, which were primarily designed for short-term, conjunctural impacts. The study investigates whether the PBF, beyond reducing monetary poverty, effectively contributes to mitigating broader forms of socioeconomic deprivation. The relevance of the research lies in the role of the PBF as an income redistribution policy within an economy historically marked by persistent asymmetries, such as the legacy of slavery and the colonial land ownership structure. Additionally, it draws on the explanatory frameworks of Keynesian and Post-Keynesian approaches regarding the effects of aggregate demand and income distribution on economic growth and stability. The main objective is to examine the phenomenon of Multidimensional Socioeconomic Insufficiency (MSI) in Brazil by comparing individuals who benefit from the Programa Bolsa-Família with those who do not, utilizing the Multidimensional Socioeconomic Insufficiency Index (MSII) as the analytical tool. A quantitative methodology is adopted, based on microdata from the Continuous PNAD Survey (PNAD Contínua) conducted by IBGE between 2016 and 2022, using indicators of multidimensional socioeconomic deprivation. The empirical analysis compares PBF beneficiaries and non-beneficiaries in various dimensions, such as access to education, sanitation, labor market participation, and income. The results indicate that beneficiaries exhibit higher levels of multidimensional deprivation, revealing the structurally vulnerable profile of the population served by the program. Nevertheless, the findings also suggest that the PBF can play a significant role in mitigating these deprivations, especially when combined with broader structural public policies. From a Keynesian and Post-Keynesian perspective, the PBF contributes to economic dynamization through the stimulation of aggregate demand and the reduction of inequalities, although its effects are constrained by the fragility of underlying socioeconomic structures. The study emphasizes the need for an integrated approach, combining income transfer policies with public investment, to achieve greater social equity and sustainable economic growth.

Keywords: Programa Bolsa Família; Multidimensional Socioeconomic Insufficiency; Post-Keynesianism; Inequalities; Public Policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica segundo dimensões e valores para o IISM de acordo com cinco situações hipotéticas (q1, q.75, q.50, q.25, q.01).....	41
Gráfico 2 - Representação gráfica hexagonal de domicílio em situação de insuficiência socioeconômica conforme dimensões, segundo condição de beneficiários do PBF (2016 e 2022)	43
Gráfico 3 - Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional por condição de beneficiários do PBF e Total (2016-2022).....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis	38
-----------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2016.....	46
Tabela 2 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2017.....	48
Tabela 3 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2018.....	51
Tabela 4 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2019.....	52
Tabela 5 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2022.....	54
Tabela 6 – Proporção de domicílios em situação de insuficiência segundo dimensões da ISM e pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2016-2019 e 2022.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 A evolução do pensamento econômico e a distribuição de renda	17
2.2 Keynes e a Teoria Geral: demanda efetiva, emprego e políticas de redistribuição	19
2.3 Desigualdade, Insuficiência Socioeconômica e distribuição de renda na abordagem Pós-Keynesiana	21
<i>2.3.1 Análise da desigualdade de renda e riqueza</i>	<i>21</i>
<i>2.3.2 Aspectos Pós-Keynesianos: crescimento, financeirização e distribuição</i>	<i>22</i>
<i>2.3.3 Outras dimensões da desigualdade e da pobreza: aspectos raciais e de gênero sob a perspectiva pós-keynesiana</i>	<i>26</i>
2.4 O Bolsa-Família na perspectiva Keynesiana e Pós-Keynesiana: efeitos sobre a desigualdade e a Insuficiência Socioeconômica	29
<i>2.4.1 Histórico do Bolsa-Família e programas de transferência de renda</i>	<i>29</i>
<i>2.4.2 O Programa Bolsa-Família como instrumento de estímulo à demanda agregada e de redução da insuficiência socioeconômica: uma análise à luz das Teorias Keynesianas e Pós-Keynesiana</i>	<i>31</i>
<i>2.4.3 Bolsa-Família e desigualdade de renda e riqueza no Brasil: efeitos, limitações e conexões teóricas</i>	<i>34</i>
3 METODOLOGIA.....	37
4 RESULTADOS.....	43
5 CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda e a pobreza são fenômenos históricos persistentes no Brasil, moldados por estruturas econômicas e sociais excludentes. Ao longo das décadas, diversas abordagens teóricas foram utilizadas para compreender as dinâmicas da distribuição de renda e seus impactos sobre o crescimento econômico e o bem-estar social. Em termos de escolas de pensamento, o tema da desigualdade se fez presente desde a abordagem da economia clássica, cujo foco estava na distribuição do excedente econômico entre trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra, passando pela crítica da Economia Política de Marx, que destacou a importância da exploração da força de trabalho enquanto mecanismo de concentração de capital e riqueza, até o pensamento keynesiano, que enfatizou o papel da demanda agregada na determinação do nível de produção e emprego. A teoria pós-keynesiana reconhece que programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, no Brasil, possuem um papel relevante na expansão da demanda agregada, dado que os multiplicadores fiscais desse tipo de programa são elevados e cumprem a função de dinamização da atividade econômica.

A presente pesquisa tem como objetivo examinar o fenômeno da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) no Brasil de forma comparativa entre aqueles que são beneficiados pelo Programa Bolsa-Família e os que não fazem parte do Programa, utilizando como ferramenta analítica o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM).

A partir da perspectiva keynesiana e pós-keynesiana, este estudo busca responder: Quais são as diferenças em termos de ISM entre os beneficiários do Programa Bolsa-Família e os não beneficiários? A análise considera aspectos estruturais da pobreza e da redução das desigualdades em suas múltiplas dimensões.

O estudo se justifica pela necessidade de avaliar se, e como, o Bolsa-Família é capaz de mitigar a ISM, indo além da insuficiência de renda, examinando as desigualdades em múltiplas dimensões como educação, mercado de trabalho, condições habitacionais e acesso a bens e serviços públicos. Além disso, busca refletir sobre a possibilidade de se ampliar o escopo do programa para tratar os fenômenos da pobreza e das desigualdades. A utilização do IISM pode possibilitar uma maior compreensão das limitações estruturais que perpetuam a desigualdade social, contribuindo para o debate sobre políticas sociais no Brasil.

O estudo está estruturado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o referencial teórico, abordando a evolução do pensamento econômico sobre desigualdade, assim como as contribuições keynesianas e pós-keynesianas. A seção 3 detalha a metodologia empregada, com ênfase na construção do IISM e na análise dos microdados da PNAD Contínua. A seção 4

apresenta os resultados da análise quantitativa e empírica, destacando as diferenças entre beneficiários e não beneficiários do Bolsa-Família. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais, discutindo as implicações para políticas públicas e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo da desigualdade de renda tem sido objeto de intensas discussões ao longo da história do pensamento econômico. Diferentes correntes teóricas oferecem abordagens distintas para compreender as causas e impactos da distribuição desigual de recursos. A economia clássica, representada por autores como Adam Smith e David Ricardo, enfatizou a interação entre capital, trabalho e terra na determinação da renda. Posteriormente, Karl Marx destacou a exploração do trabalho assalariado como fator central na acumulação de riqueza e perpetuação da desigualdade.

No século XX, John Maynard Keynes revolucionou a compreensão sobre a distribuição da renda ao introduzir o conceito de demanda agregada e destacar a importância da intervenção estatal para mitigar desigualdades. Mais recentemente, a economia pós-keynesiana aprofundou essa discussão ao incorporar análises sobre financeirização e regimes de crescimento, evidenciando a relação entre estrutura produtiva, política fiscal e distribuição da renda.

Este capítulo revisa as principais abordagens teóricas sobre a relação entre desigualdade de renda, pobreza monetária e privação em múltiplas dimensões. Além disso, explora como esses fenômenos se materializam empiricamente por meio da ISM e discute o papel do Programa Bolsa-Família nesse contexto, avaliando seu potencial para mitigar desigualdades que vão além da insuficiência de renda.

2.1 A evolução do pensamento econômico e a distribuição de renda

Os teóricos clássicos da economia desenvolveram importantes reflexões sobre a distribuição de renda, concentrando-se essencialmente na repartição dos rendimentos entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra. Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, ainda que com abordagens distintas, analisaram as dinâmicas de acumulação e da desigualdade dentro do modo de produção capitalista.

A visão clássica permaneceu restrita à desigualdade de renda, sem explorar suas múltiplas dimensões, como acesso a bens e serviços, oportunidades educacionais e condições habitacionais, aspectos fundamentais na compreensão contemporânea da pobreza e da exclusão social.

Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, identificou a renda nacional como resultado da interação entre salários, lucros e rendas da terra. Embora tenha reconhecido que o funcionamento do mercado gerava desigualdades estruturais, via na livre concorrência um

mecanismo que, em última instância, promoveria a prosperidade geral (Smith, 1983). No entanto, sua análise não incorporou os impactos de longo prazo da desigualdade sobre o desenvolvimento humano e a mobilidade social.

David Ricardo, ao aprofundar o estudo sobre a distribuição de renda, enfatizou a dinâmica entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra, desenvolvendo a teoria da renda diferencial e a Lei de Ferro dos Salários. Para ele, a escassez de terras férteis impulsionava os rendimentos fundiários e restringia os ganhos de trabalhadores e capitalistas (Ricardo, 1817). Sua análise captou aspectos estruturais da desigualdade, mas permaneceu limitada ao viés da renda, sem considerar como outras formas de privação impactavam a vida das populações marginalizadas.

Karl Marx, por sua vez, foi além da simples repartição da renda e introduziu uma crítica estrutural ao capitalismo, apontando a exploração da força de trabalho como o motor da acumulação. Em *O Capital*, Marx destacou que a apropriação da mais-valia pelos capitalistas perpetuava um sistema de desigualdade, não apenas em termos salariais, mas também na concentração de riqueza e poder (Marx, 1867). Sua abordagem trouxe avanços ao debate ao enxergar a desigualdade como um fenômeno enraizado nas relações de classe e nas estruturas produtivas. No entanto, mesmo Marx, ao se concentrar no conflito entre capital e trabalho, não desenvolveu uma visão mais ampla das múltiplas dimensões da exclusão socioeconômica.

A Lei de Say, princípio fundamental do pensamento (neo)clássico, reforçou a crença de que a oferta cria sua própria demanda (Say, 1803), ignorando os efeitos da distribuição de renda sobre o consumo agregado e a demanda efetiva. Esse otimismo em relação ao funcionamento dos mercados desconsiderou o impacto da concentração de riqueza na limitação do poder de compra das camadas mais pobres, elemento essencial para compreender as crises de insuficiência de demanda, com desemprego involuntário da força de trabalho. Keynes, posteriormente, demonstraria como a desigualdade compromete a demanda agregada e agrava os ciclos recessivos da economia.

Embora o pensamento clássico tenha estabelecido as bases para o estudo da distribuição de renda, as discussões mais recentes na literatura econômica introduziram na análise da pobreza e da desigualdade no âmbito dos fenômenos multidimensionais, incorporando aspectos como acesso à saúde, educação, saneamento, habitação e mobilidade social. Essa perspectiva contemporânea, fundamentada em abordagens como a Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), permite captar as múltiplas privações que perpetuam a exclusão social e reforçam os ciclos de pobreza. Assim, essas abordagens procuram superar a visão tradicional de que a desigualdade se restringe à renda, ampliando a compreensão sobre os desafios

estruturais que impedem uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades na sociedade.

2.2 Keynes e a Teoria Geral: demanda efetiva, emprego e políticas de redistribuição

A teoria keynesiana transformou a compreensão econômica ao enfatizar o papel da demanda agregada na determinação do nível de emprego e da renda. Diferente das abordagens clássicas, que postulavam um ajuste automático dos mercados, Keynes argumentou que a economia pode permanecer em equilíbrio de subemprego por longos períodos, exigindo a intervenção estatal para estimular a atividade econômica (Keynes, 1936).

A demanda agregada ocupa uma posição central na teoria keynesiana, pois é determinante para definir o nível de produção e de emprego. Stockhammer (2022) sustenta que a demanda é importante, tanto no curto quanto no longo prazo, rejeitando a ideia de que a economia se ajusta automaticamente a um equilíbrio de pleno emprego. A demanda agregada é influenciada por fatores como a distribuição de renda, que afeta diretamente o consumo e o investimento. Isso reforça a necessidade de políticas ativas de redistribuição para garantir um crescimento mais equitativo.

O efeito multiplicador, um dos conceitos fundamentais da teoria keynesiana, descreve como um aumento nos gastos públicos pode resultar em um incremento ainda maior na renda nacional. Este efeito é especialmente significativo em períodos de crise, pois pode contribuir para a redução do desemprego e das desigualdades de renda. A redistribuição de renda, por meio de políticas fiscais expansionistas e tributárias progressivas, pode aumentar a demanda agregada e, conseqüentemente, estimular o crescimento econômico (Stockhammer, 2022).

Os gastos públicos são considerados uma ferramenta essencial para estabilizar a economia e promover o crescimento. Stockhammer (2022) argumenta que a política fiscal é altamente eficaz, especialmente durante crises financeiras, pois impacta tanto a demanda quanto a oferta, e que investimentos públicos em infraestrutura, educação e saúde podem aumentar a produtividade e a demanda agregada, impulsionando o crescimento econômico.

A insuficiência socioeconômica multidimensional é um fenômeno complexo e dinâmico que se manifesta em múltiplas dimensões, como a econômica e a social, que está intrinsecamente ligado à forma como o modo de produção capitalista se organiza. A abordagem keynesiana oferece uma perspectiva teórica para entender e enfrentar esse fenômeno.

Keynes argumentou que o sistema capitalista é capaz de gerar progresso econômico e elevar o padrão de vida, mas falha em garantir uma distribuição equitativa desses ganhos. A

concentração de renda e riqueza compromete a demanda agregada, gerando insuficiência de consumo, desemprego e redução do bem-estar social, aprofundando a pobreza e a desigualdade (Trovão, 2016). Essa perspectiva, presente tanto em *A Teoria Geral* quanto em *Possibilidades Econômicas para os Nossos Netos*, reforça a necessidade de políticas que corrijam os desequilíbrios distributivos para sustentar o crescimento econômico e ampliar o acesso aos benefícios do desenvolvimento.

Keynes, no Capítulo 24 de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, enfatiza que a dinâmica econômica depende da propensão ao consumo e do nível de investimento, defendendo que a intervenção do Estado é essencial não apenas para estimular a demanda agregada, mas também para corrigir desigualdades na distribuição da riqueza e da renda, promovendo maior estabilidade econômica e social. A teoria keynesiana sugere que a redução da desigualdade pode ser funcional ao desenvolvimento das forças produtivas e à dinamização da atividade econômica tanto no curto quanto no longo prazo. Isso implica que há uma compatibilidade e um efeito positivo entre a redução da desigualdade multidimensional e o dinamismo econômico (Trovão, 2016).

No contexto brasileiro, a análise da desigualdade sob uma ótica multidimensional revelou que, apesar de avanços na redução da desigualdade de renda durante os anos 2000, as melhorias não foram suficientes para alterar estruturalmente a condição de insuficiência socioeconômica. A teoria keynesiana, portanto, sugere que a atuação do Estado é vital para enfrentar a desigualdade em suas dimensões econômica e social. Isso envolve a implementação de políticas redistributivas que aumentem a renda e o emprego, bem como investimentos em infraestrutura social que ampliem o acesso a serviços públicos como saúde, educação, transporte e saneamento (Trovão, 2016).

A estratégia de cunho keynesiana para a redução da desigualdade multidimensional deve, portanto, focar na expansão dos investimentos públicos em infraestrutura social, que não apenas dinamizam a economia, mas também reduzem a insuficiência de acesso a bens e serviços públicos. Essa abordagem pode gerar um duplo efeito: dinamizar a economia no longo prazo e reduzir a desigualdade multidimensional, melhorando a condição de vida das classes sociais mais vulneráveis (Trovão, 2016).

Em suma, a teoria keynesiana fornece um arcabouço teórico que evidencia a necessidade de políticas redistributivas e de investimentos públicos para enfrentar a desigualdade multidimensional. A atuação ativa do Estado é essencial para garantir uma distribuição mais equitativa dos recursos e promover um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

2.3 Desigualdade, Insuficiência Socioeconômica e distribuição de renda na abordagem Pós-Keynesiana

2.3.1 Análise da desigualdade de renda e riqueza

A desigualdade de renda e riqueza tem sido amplamente estudada na literatura econômica, especialmente no contexto da teoria pós-keynesiana, que destaca os impactos distributivos sobre o crescimento econômico e a estabilidade macroeconômica. Botta et al. (2021) argumentam que altos níveis de desigualdade podem reduzir a demanda agregada, pois famílias de baixa e média renda possuem maior propensão marginal a consumir. A redução da demanda pode levar a uma menor utilização da capacidade produtiva, desencorajando o investimento e resultando em um crescimento econômico mais lento. No entanto, os autores também apontam que a desigualdade pode impulsionar temporariamente o crescimento através da expansão do crédito, embora esse padrão seja insustentável no longo prazo e possa resultar em crises financeiras.

A abordagem pós-keynesiana enfatiza a distinção entre classes socioeconômicas, como trabalhadores e capitalistas, ao considerar diferenças em suas fontes de renda e padrões de poupança (Ederer et al., 2019). Keynes (1936) e Kalecki (1971) destacaram que capitalistas tendem a poupar uma fração maior de sua renda do que os trabalhadores. Essa análise foi expandida por Kaldor (1955) e Pasinetti (1962), que incorporaram diferentes taxas de poupança por classe social. Estudos como os de Marglin e Bhaduri (1990) e Stockhammer e Ederer (2008), reforçam a importância dessas taxas diferenciais para a dinâmica do crescimento econômico.

Outro aspecto relevante é o papel das taxas diferenciais de retorno, que impactam diretamente a distribuição de renda e riqueza. Kahn (1959) e Pasinetti (1974, 1983) sugerem que os retornos diferenciais podem gerar efeitos de feedback positivos, potencializando a desigualdade ao longo do tempo. Evidências empíricas, como as de Fagereng et al. (2018), demonstram que famílias ricas obtêm retornos significativamente mais altos sobre seus ativos, perpetuando a concentração de riqueza.

A composição da riqueza também desempenha um importante papel na desigualdade. Ederer, Mayerhofer e Rehm (2020) identificam três grupos socioeconômicos distintos: os pobres em ativos, os proprietários de imóveis de classe média e os capitalistas. As taxas de retorno sobre os ativos aumentam ao longo da distribuição de riqueza, favorecendo desproporcionalmente os capitalistas e contribuindo para um padrão crescente de desigualdade.

Piketty (2014) argumenta que a interação entre riqueza e renda é fundamental para compreender as tendências históricas da desigualdade nas economias capitalistas. Segundo ele, os retornos sobre a riqueza tendem a superar o crescimento da renda, resultando na concentração de recursos entre os indivíduos mais ricos. Szymborska (2019), ao analisar dados da Pesquisa de Finanças do Consumidor dos EUA, confirma que famílias com maior exposição a ativos de alto rendimento, como investimentos financeiros e patrimônio empresarial, tendem a melhorar sua posição na distribuição de renda, enquanto aquelas que dependem de ativos de baixo rendimento, como a residência principal, enfrentam maiores dificuldades para ascender economicamente.

Além disso, a desigualdade de renda influencia a estabilidade econômica. Tippet et al. (2024) destacam que altos níveis de desigualdade podem resultar em subutilização do capital humano, pois indivíduos de baixa renda frequentemente enfrentam barreiras ao acesso à educação e ao desenvolvimento profissional. Ademais, sociedades altamente desiguais são mais suscetíveis a crises econômicas e instabilidade política, que podem desestimular o investimento e prejudicar o crescimento. Por outro lado, uma distribuição de renda mais equitativa pode aumentar a demanda agregada e fomentar um crescimento econômico sustentável.

Em suma, a desigualdade de renda e riqueza é um fator determinante para o crescimento econômico e a estabilidade financeira. A literatura sugere que, embora a concentração de riqueza possa impulsionar temporariamente o crescimento via investimento e crédito, os impactos negativos sobre a demanda agregada e a estabilidade macroeconômica tendem a prevalecer no longo prazo. Dessa forma, políticas que busquem reduzir as disparidades econômicas podem desempenhar um papel fundamental na promoção de um crescimento sustentável e equitativo.

2.3.2 Aspectos Pós-Keynesianos: crescimento, financeirização e distribuição

Desde a década de 1970, as economias desenvolvidas, especialmente as anglo-saxônicas, como os Estados Unidos e o Reino Unido, têm experimentado um crescimento acentuado da desigualdade de renda e riqueza, juntamente com uma expansão significativa do setor financeiro. Esse fenômeno, conhecido como financeirização, refere-se à crescente influência dos mercados financeiros, das instituições bancárias e das elites financeiras sobre a economia e a política (Botta et al., 2019).

A relação entre desigualdade e financeirização é bidirecional: por um lado, a concentração de renda e riqueza impulsiona a demanda por produtos financeiros sofisticados; por outro, a expansão do setor financeiro intensifica a desigualdade ao canalizar rendimentos

para os grupos de maior renda, enquanto as famílias de baixa e média renda são cada vez mais dependentes do endividamento (Botta et al., 2019). O desenvolvimento de instrumentos como as Obrigações de Dívida Colateralizada (CDOs) e a securitização de créditos permitiram aos bancos comerciais ampliarem a oferta de empréstimos, aumentando temporariamente o consumo e o crescimento econômico. No entanto, esse mecanismo também gerou instabilidade financeira, culminando na crise de 2007-2008 (Botta et al., 2019).

O modelo macroeconômico híbrido baseado em estoque-fluxo-consistente (AB-SFC) mostra que a financeirização pode levar a ciclos de crédito, nos quais a expansão inicial do crédito é seguida por crises financeiras. A transferência de riscos dos balanços bancários por meio da securitização reduz temporariamente a alavancagem do setor financeiro, mas também amplia a fragilidade econômica ao incentivar um endividamento excessivo das famílias (Botta et al., 2019). Assim, a financeirização não apenas aprofunda a desigualdade estrutural, mas também compromete a estabilidade macroeconômica.

Na perspectiva da economia política comparativa, Baccaro e Pontusson (2016) analisam como diferentes modelos nacionais de crescimento responderam à mudança na distribuição de renda desde os anos 1970. Com base em dados de países como Alemanha, Itália, Suécia e Reino Unido, entre 1994 e 2007, os autores identificaram que o modelo fordista de crescimento liderado pelos salários foi substituído por estratégias diversas: o Reino Unido passou a depender do consumo doméstico financiado por crédito, enquanto a Alemanha priorizou um crescimento liderado por exportações, reprimindo salários para aumentar a competitividade. A Suécia combinou crescimento das exportações com aumento do consumo interno, enquanto a Itália permaneceu em estagnação (Baccaro e Pontusson, 2016).

A abordagem neo-kaleckiana adotada por Baccaro e Pontusson (2016) enfatiza que a distribuição de renda é um fator determinante para os padrões de crescimento. Economias baseadas em consumo interno têm maior probabilidade de sustentar os salários reais na base da distribuição, enquanto economias voltadas para exportação tendem a apresentar aumento da desigualdade de ganhos. Esse quadro revela que a financeirização está associada a regimes de crescimento assimétricos, nos quais a transferência de renda do trabalho para o capital reforça a concentração de riqueza e a fragilidade macroeconômica.

Behringer e van Treeck (2019) complementam essa análise ao integrar a macroeconomia neo-kaleckiana às teorias de consumo doméstico, destacando o papel das comparações de *status* social na dinâmica da desigualdade. Segundo esses autores, a financeirização não apenas amplia a desigualdade, mas também influencia o comportamento de consumo das famílias. O aumento da desigualdade pode elevar a demanda agregada por meio do endividamento das famílias de

baixa renda, criando um padrão insustentável de crescimento baseado no crédito. Esse processo reforça a instabilidade econômica e acentua a fragilidade dos setores mais vulneráveis (Behringer e van Treeck, 2019).

A literatura pós-keynesiana contemporânea tem avançado significativamente na releitura da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de Keynes, destacando a relação entre distribuição de renda, crescimento econômico e estabilidade macroeconômica. Entre os principais expoentes dessa abordagem estão Paul Davidson e Marc Lavoie, cujas contribuições reforçam a centralidade da demanda agregada e questionam as premissas da economia neoclássica sobre o papel dos mercados na alocação eficiente dos recursos. Essas análises enfatizam que a desigualdade de renda não é apenas uma consequência natural do funcionamento do sistema econômico, mas um fator determinante para a instabilidade e o crescimento econômico de longo prazo (Davidson, 2002; Lavoie, 2014).

Paul Davidson, um dos principais formuladores do pós-keynesianismo, reforça o papel da incerteza fundamental enquanto um elemento estrutural da economia capitalista. Diferente da incerteza probabilística utilizada em modelos neoclássicos, a incerteza fundamental implica que agentes econômicos não conseguem prever o futuro com precisão, levando a decisões conservadoras de investimento e acúmulo de liquidez. Essa característica impacta diretamente a distribuição de renda, pois a preferência pela liquidez reduz o investimento produtivo, restringindo a geração de empregos e perpetuando desigualdades. Além disso, Davidson argumenta que a redistribuição de renda via políticas fiscais e sociais não apenas reduz a pobreza, mas também garante um nível adequado de demanda agregada, essencial para a estabilidade macroeconômica (Davidson, 2002).

Marc Lavoie, por sua vez, avança na formalização da relação entre distribuição de renda e crescimento econômico, desenvolvendo a tipologia dos regimes de crescimento liderados pela demanda. Como destacam Lavoie e Stockhammer (2013), as economias podem ser classificadas como *wage-led* (impulsionadas pelos salários) ou *profit-led* (impulsionadas pelos lucros). Em economias *wage-led*, um aumento na participação dos salários na renda nacional estimula o consumo e o crescimento, uma vez que trabalhadores possuem maior propensão marginal a consumir do que capitalistas. Já, em economias *profit-led*, a elevação dos lucros poderia, teoricamente, impulsionar investimentos produtivos, mas, na prática, essa relação não é direta, pois depende da disposição dos empresários em reinvestir no setor produtivo ao invés de direcionar recursos para aplicações financeiras.

Paralelamente, a literatura pós-keynesiana tem incorporado a financeirização como um elemento central para compreender a desigualdade de renda. Segundo autores como Lavoie e

Stockhammer, a financeirização altera a distribuição funcional da renda ao privilegiar os rendimentos financeiros em detrimento dos salários. Esse fenômeno ocorre na medida em que empresas priorizam o pagamento de dividendos e recompras de ações ao invés da reinversão produtiva, reduzindo a participação dos trabalhadores na renda nacional. Além disso, o crescimento do endividamento das famílias substitui o aumento dos salários como principal motor do consumo, tornando a economia mais vulnerável a crises financeiras e aprofundando a desigualdade (Lavoie, 2014; Stockhammer, 2017).

Nesse contexto, a atuação do Estado por meio de políticas de redistribuição de renda torna-se essencial para mitigar os impactos da financeirização e sustentar a demanda agregada. A austeridade fiscal, frequentemente defendida em modelos neoclássicos, limita a capacidade do governo de atuar como estabilizador da economia, agravando os efeitos da desigualdade sobre o crescimento econômico. Assim, diferentemente das abordagens ortodoxas, que tratam a distribuição de renda como um fenômeno exógeno ou um subproduto da eficiência dos mercados, os pós-keynesianos demonstram que a desigualdade é um elemento central para a dinâmica do capitalismo, influenciando diretamente os níveis de investimento, consumo e estabilidade macroeconômica (Stockhammer, 2017).

Portanto, a releitura da *Teoria Geral* à luz do pós-keynesianismo evidencia que o capitalismo não apenas gera desigualdade, mas que esta desempenha um papel estrutural na determinação da insuficiência de demanda agregada. A redistribuição de renda não é apenas uma questão de equidade social, mas um mecanismo essencial para garantir a estabilidade econômica e evitar crises prolongadas. A compreensão dessas dinâmicas fornece elementos teóricos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, como o Programa Bolsa-Família, que não apenas combate à pobreza, mas também contribui para a sustentação da demanda agregada e para a inclusão socioeconômica de parcelas historicamente marginalizadas da população. A adoção de políticas fiscais progressivas, como a tributação da riqueza financeira e dos lucros financeiros, surge também como uma solução viável para reduzir a desigualdade e promover maior estabilidade macroeconômica (Botta et al., 2019). Essas medidas poderiam contribuir para um crescimento sustentável, minimizando os impactos negativos da financeirização sobre a distribuição de renda e o endividamento familiar.

Nesse contexto, a proposta de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) se insere como um avanço teórico importante no interior do pensamento pós-keynesiano, ao fornecer um olhar mais amplo para a compreensão dos mecanismos que reproduzem a desigualdade estrutural e a exclusão econômica. A ISM permite captar não apenas a ausência

de renda, mas também as múltiplas formas de privações associadas à precariedade ocupacional, à baixa escolaridade e ao acesso limitado a serviços essenciais, configurando um diagnóstico mais fiel das condições reais de vida da população. Ao integrar essas dimensões, a abordagem contribui para a formulação de políticas redistributivas mais eficazes e compatíveis com os objetivos de crescimento sustentado e inclusão social (Trovão e Araújo, 2023).

Além disso, a adoção da ISM como instrumento analítico reforça a centralidade da intervenção estatal e da política fiscal progressiva na superação das armadilhas do subemprego e da estagnação da demanda. Como sublinham os pós-keynesianos, a vulnerabilidade socioeconômica não é um fenômeno individual, mas sim uma expressão de um regime de crescimento excludente, sustentado por estruturas regressivas de apropriação da renda e da riqueza. A leitura da pobreza e da desigualdade a partir da perspectiva da ISM, portanto, conecta-se diretamente ao debate sobre os efeitos redistributivos das políticas públicas e sua relevância macroeconômica (Trovão e Araújo, 2023).

Com isso, amplia-se a compreensão da pobreza como fenômeno multidimensional e estrutural, exigindo abordagens intersetoriais e sustentadas no tempo. A perspectiva pós-keynesiana, ao incorporar a ISM em seu repertório teórico, contribui não apenas para refinar o diagnóstico das insuficiências sociais, mas também para reafirmar o papel do Estado como agente fundamental na promoção do bem-estar coletivo e na mitigação dos desequilíbrios macroeconômicos causados pela desigualdade persistente (Trovão e Araújo, 2023).

2.3.3 Outras dimensões da desigualdade e da pobreza: aspectos raciais e de gênero sob a perspectiva pós-keynesiana

A desigualdade econômica é um fenômeno que afeta grupos sociais de maneira diferenciada, dependendo de fatores como raça e gênero. A abordagem pós-keynesiana reconhece que as estruturas institucionais e históricas desempenham um papel central na determinação da distribuição de renda e riqueza. Este tópico examina as desigualdades raciais e de gênero no contexto econômico, considerando suas origens, mecanismos de perpetuação e impactos sobre o crescimento e a estabilidade macroeconômica.

A desigualdade racial está profundamente enraizada nas relações históricas de poder e exclusão social. No contexto da economia pós-keynesiana, argumenta-se que a marginalização racial impacta tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto à acumulação de capital. Dymski et al. (2013) apontam que a segregação econômica e a discriminação financeira limitam a mobilidade social dos grupos racialmente desfavorecidos, reforçando a concentração de riqueza em segmentos específicos da população. Darity (2002) destaca que os mecanismos de

discriminação estrutural, como disparidades salariais e restrições ao crédito, perpetuam um ciclo de desigualdade intergeracional.

A literatura pós-keynesiana enfatiza que a distribuição desigual de renda entre grupos raciais afeta a demanda agregada e o crescimento econômico. Agesa e Agesa (2007) analisam a relação entre segmentação do mercado de trabalho e produtividade, demonstrando que barreiras institucionais à inclusão racial reduzem o potencial de expansão da economia. Além disso, a financeirização agrava essas desigualdades, uma vez que grupos raciais marginalizados possuem menor acesso a ativos financeiros e enfrentam maior vulnerabilidade a crises econômicas (Botta et al., 2021).

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um fator determinante na distribuição da renda e na estrutura econômica. Seguino (2019) argumenta que a discriminação de gênero não apenas reduz a participação das mulheres na economia formal, mas também afeta negativamente a demanda agregada e a produtividade. Onaran et al. (2021) documentam a diferença salarial de gênero, que não apenas reduz o poder de compra das mulheres mas, também, restringe o consumo e a capacidade de investimento das famílias. Essa limitação se conecta à abordagem multidimensional da ISM, pois reflete a insuficiência de acesso a bens de consumo de uso individual, um aspecto central na avaliação das desigualdades para além da renda.

Braunstein et al. (2011) exploram a relação entre desigualdade de gênero e políticas macroeconômicas, sugerindo que a maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho pode impulsionar o crescimento econômico. Todorova (2009) e Van Staveren (2010) também enfatizam que a carga desproporcional de trabalho reprodutivo e doméstico sobre as mulheres reduz suas oportunidades de participação plena na economia de mercado, reforçando padrões históricos de desigualdade.

A abordagem pós-keynesiana enfatiza que políticas redistributivas e regulatórias desempenham um importante papel na redução das desigualdades raciais e de gênero, principalmente ao promover a expansão da demanda agregada e estimular um crescimento econômico mais inclusivo. Diferentemente das abordagens convencionais que veem a desigualdade como um reflexo natural das diferenças de produtividade ou de inserção no mercado de trabalho, a visão pós-keynesiana destaca que desigualdades estruturais restringem o consumo e limitam o crescimento da economia como um todo. Dessa forma, políticas voltadas para a melhoria da distribuição de renda não apenas promovem justiça social, mas também fortalecem a demanda efetiva, impulsionando o investimento e a geração de empregos (Arestis et al., 2015).

Uma das principais estratégias nesse sentido é o fortalecimento dos mecanismos institucionais que garantem salários mais elevados para trabalhadores historicamente marginalizados. O aumento do salário mínimo, por exemplo, não apenas eleva o padrão de vida das camadas mais pobres da população, mas também amplia o consumo agregado, gerando efeitos multiplicadores positivos na economia. Além disso, políticas que garantem maior acesso ao crédito para grupos vulneráveis contribuem com a redução das desigualdades raciais e de gênero, ao permitir que essas populações tenham maior capacidade de investir em capital humano e empreendedorismo (Seguino, 2020).

Outra dimensão central da perspectiva pós-keynesiana sobre desigualdade envolve o papel do Estado na oferta de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e assistência social. A provisão universal e de qualidade desses serviços não apenas reduz barreiras estruturais que limitam o acesso de determinados grupos ao mercado de trabalho, mas também contribui para o fortalecimento da demanda agregada, dado que libera renda das famílias para outras formas de consumo. Seguino (2020) argumenta que políticas tributárias progressivas, aliadas à ampliação dos serviços públicos funcionam como instrumentos para a mitigação da desigualdade de gênero, pois reduzem a dependência das mulheres do trabalho não remunerado e ampliam suas oportunidades de inserção econômica.

Dessa forma, o pensamento pós-keynesiano oferece uma visão mais abrangente sobre as políticas de combate à desigualdade, indo além de um enfoque restrito à renda e abordando a interação entre a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e a política fiscal/tributária. Ao reconhecer que a desigualdade não é apenas um problema social, mas também um entrave ao crescimento econômico sustentado, essa abordagem destaca a necessidade de medidas que fortaleçam a demanda agregada como parte fundamental de uma estratégia de desenvolvimento inclusivo.

No Brasil, a interseccionalidade entre raça e gênero agrava as desigualdades no mercado de trabalho, tornando as mulheres negras especialmente vulneráveis a menores salários, maior informalidade e acesso restrito a oportunidades de ascensão profissional. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas direcionadas para reduzir essas disparidades e promover maior equidade econômica e social. A integração de uma perspectiva pós-keynesiana na formulação de políticas pode contribuir para a criação de um ambiente econômico mais inclusivo e sustentável, promovendo o crescimento econômico com justiça social.

2.4 O Bolsa-Família na perspectiva Keynesiana e Pós-Keynesiana: efeitos sobre a desigualdade e a Insuficiência Socioeconômica

2.4.1 Histórico do Bolsa-Família e programas de transferência de renda

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004 pela Lei nº 10.836, representa um marco na história das políticas sociais brasileira, consolidando-se como o principal programa de transferência condicionada de renda do país. Sua origem está diretamente ligada à necessidade de unificar e racionalizar uma série de programas sociais fragmentados que existiam desde a década de 1990, como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. A criação do PBF foi influenciada por recomendações internacionais, especialmente do Banco Mundial, que destacavam a importância de vincular transferências de renda a condicionais em áreas como saúde e educação, visando não apenas aliviar a pobreza imediata, mas também romper o ciclo intergeracional da pobreza. Nesse contexto, o programa foi concebido como uma estratégia integrada de combate à pobreza e à desigualdade, com foco na população mais vulnerável, especialmente famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 140 mensais (Rocha, 2011).

A evolução do Bolsa-Família ao longo de duas décadas reflete as mudanças políticas e econômicas do país. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o programa experimentou uma expansão significativa, passando de 3,6 milhões para 12,9 milhões de famílias beneficiadas (IPEA, 2019). Esse crescimento foi acompanhado por um aumento no valor médio dos benefícios e pela integração do programa ao Cadastro Único, um sistema que permitiu maior eficiência na identificação e focalização dos beneficiários, juntamente com busca ativa¹. Além disso, o governo Lula fortaleceu as condicionais do programa, exigindo que as famílias mantivessem crianças e adolescentes na escola e cumprissem agendas de saúde, como vacinação e pré-natal (Rocha, 2011).

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o Bolsa-Família foi incorporado ao Plano Brasil Sem Miséria, que ampliou o escopo do programa para além da transferência de renda, incluindo iniciativas de inclusão produtiva e acesso a serviços públicos básicos. Durante esse período, o programa foi reconhecido internacionalmente por seu impacto na redução da pobreza

¹ A busca ativa no contexto do Programa Bolsa-Família (PBF) refere-se a uma estratégia utilizada para identificar e incluir famílias extremamente pobres que têm direito ao benefício, mas que ainda não estão cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico). O objetivo é reduzir a exclusão e garantir que o programa alcance aqueles que mais necessitam.

extrema e na melhoria de indicadores sociais, como a frequência escolar e a redução da mortalidade infantil. No entanto, críticas apontavam para a necessidade de aprimorar a coordenação entre as diferentes políticas sociais e garantir a sustentabilidade financeira do programa em um contexto de desaceleração econômica (Gonçalves et. al., 2023).

Com a chegada de Michel Temer à presidência (2016-2018), o Bolsa-Família enfrentou ajustes fiscais que resultaram na redução nominal do número de beneficiários e no congelamento do valor real dos benefícios. Apesar dessas medidas, o programa manteve seu papel central na rede de proteção social brasileira, servindo como um amortecedor para os efeitos da crise econômica que se intensificou no período (Costa et. al, 2023). Já no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o programa foi substituído pelo Auxílio Brasil, que promoveu mudanças significativas em sua estrutura, como a alteração dos critérios de elegibilidade e o aumento temporário dos valores dos benefícios. Essas mudanças foram alvo de críticas por parte de especialistas, que argumentavam que o novo programa fragilizava os critérios técnicos de focalização e priorizava estratégias de curto prazo em detrimento de uma abordagem estrutural de combate à pobreza (Costa et. al, 2023).

Ao comparar o Bolsa-Família com outros programas de transferência de renda, tanto no Brasil quanto no exterior, é possível identificar características distintivas que contribuíram para seu sucesso e reconhecimento internacional. Programas como o *Oportunidades* (México) e o *Chile Solidario* também se baseiam em condicionalidades, mas o PBF destaca-se por sua escala e abrangência, alcançando milhões de famílias em um país continental e diverso. Enquanto o programa mexicano prioriza condicionalidades educacionais rígidas, o Bolsa-Família adota uma abordagem mais flexível, adaptando-se às realidades regionais e locais (IPEA, 2019).

Apesar dos avanços, o Bolsa-Família também enfrenta desafios e limitações. Críticos apontam que o programa, embora eficaz na redução da pobreza monetária, tem impacto limitado na promoção da autonomia econômica das famílias beneficiárias. Além disso, a dependência de recursos fiscais e a vulnerabilidade a mudanças políticas têm colocado em risco a sustentabilidade do programa em longo prazo.

Um dos principais desafios no debate sobre programas de transferência de renda, como o PBF, é a necessidade de articulá-los a um conjunto mais amplo de políticas públicas que abordem as múltiplas dimensões da pobreza e da desigualdade. Embora o PBF tenha um impacto significativo na redução da pobreza monetária, seu efeito pode ser ampliado quando inserido em uma estratégia mais abrangente de combate à insuficiência socioeconômica multidimensional. Isso significa que o programa não deve ser visto isoladamente, mas sim como parte de um arcabouço de políticas voltadas para a ampliação estrutural do acesso a fatores que

diminui a condição de insuficiência socioeconômica da população brasileira, como emprego, educação de qualidade, saúde, moradia digna e infraestrutura social básica.

A relação entre renda e outras dimensões da pobreza é central nesse debate. O aumento da renda via transferência direta possibilita maior acesso a bens e serviços essenciais, mas, sem políticas complementares, há limites para sua efetividade no longo prazo. Por isso, uma estratégia integrada deve incluir medidas que promovam a inclusão produtiva e a mobilidade social, garantindo que os beneficiários do PBF tenham acesso a oportunidades reais de ascensão econômica. Isso envolve políticas ativas de emprego, qualificação profissional, acesso ao crédito e apoio ao empreendedorismo, além de investimentos em setores que absorvam a mão de obra vulnerável, reduzindo a dependência do programa e fortalecendo a autonomia financeira das famílias (Gonçalves et al., 2023).

Além da dimensão produtiva, a redução da insuficiência socioeconômica exige a ampliação do acesso a serviços públicos de qualidade. O PBF pode atuar como um instrumento complementar a políticas educacionais e de saúde, garantindo que a transferência de renda seja acompanhada de melhorias efetivas nesses setores. A vinculação do programa a condicionalidades educacionais e de saúde já representa um passo nessa direção, mas é necessário avançar para garantir que essas condicionalidades se traduzam em impactos estruturais, como a redução da evasão escolar, a melhoria do aprendizado e a ampliação do acesso a cuidados médicos preventivos e curativos. Nesse sentido, o PBF pode ser pensado como parte de um modelo mais amplo de desenvolvimento social que articule redistribuição de renda com políticas estruturais de combate às desigualdades (Gonçalves et al., 2023) e à ISM.

Portanto, uma abordagem mais eficaz para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade passa por um modelo que integre o Bolsa-Família a um conjunto de políticas públicas estruturais. Isso implica reconhecer que a superação da insuficiência socioeconômica multidimensional não pode ser alcançada apenas por meio da transferência de renda, mas requer a expansão do acesso a bens e serviços que permitam uma inserção mais equitativa da população no processo de desenvolvimento econômico e social do país.

2.4.2 O Programa Bolsa-Família como instrumento de estímulo à demanda agregada e de redução da insuficiência socioeconômica: uma análise à luz das Teorias Keynesianas e Pós-Keynesiana

O Programa Bolsa-Família (PBF), desde sua implementação, tem sido objeto de análise não apenas enquanto política social, mas também como mecanismo de indução macroeconômica. Sob a ótica da teoria keynesiana, o programa configura-se como um

instrumento de política fiscal expansionista, cujo impacto transcende a esfera redistributiva, influenciando diretamente a dinâmica da demanda agregada. Conforme postulado por Keynes (1936), em economias marcadas por subemprego de recursos, o incremento dos gastos públicos (sobretudo aqueles direcionados a grupos com elevada propensão marginal a consumir) pode exercer efeito multiplicador sobre a renda nacional. Nesse sentido, o PBF, ao transferir renda para estratos populacionais de baixa renda, estimula o consumo de bens essenciais, fomentando a atividade econômica em setores como comércio, serviços e agricultura familiar (Trovão, 2016).

A relação entre transferências de renda e crescimento econômico é corroborada por evidências empíricas. Estudos de impacto realizados pelo *World Bank* (2018) indicam que, em economias emergentes, programas de transferência condicionada geram um multiplicador fiscal médio de 1,5 a 2,0, em razão da canalização imediata dos recursos para o consumo.

A teoria pós-keynesiana amplia essa perspectiva ao incorporar variáveis institucionais e distributivas à análise. Para autores como Lavoie (2014), a demanda agregada não é meramente uma função do consumo, mas reflete as relações de poder e as assimetrias inerentes ao sistema capitalista. Nesse arcabouço, o PBF assume dupla função: além de estimular o consumo, reduz a elasticidade-renda da desigualdade, mitigando a concentração de recursos em estratos com propensão a poupar. Tal mecanismo é fundamental em economias periféricas, onde a restrição externa e a dependência de importações limitam o efeito multiplicador dos investimentos (Kalecki, 1971). Contudo, críticos ressaltam que o potencial do programa é estrangulado por fatores estruturais, como a insuficiência crônica de investimentos públicos em infraestrutura e a elevada informalidade laboral, que restringem a articulação entre consumo e produção doméstica (IPEA, 2012).

A despeito das limitações, a interface entre o PBF e a demanda agregada revela nuances teóricas relevantes. Enquanto a perspectiva keynesiana enfatiza o caráter anticíclico das transferências de renda, a abordagem pós-keynesiana destaca seu papel na estabilização financeira das famílias vulneráveis, reduzindo a aversão ao risco e facilitando o acesso a crédito informal. Essa dualidade é particularmente relevante em contextos de estagnação secular, nos quais políticas sociais assumem função contracíclica diante da incapacidade do setor privado em gerar demanda efetiva (Lavoie, 2014).

Em síntese, o PBF vai além de sua função primordial de diminuição da pobreza extrema, configurando-se como um instrumento para a sustentação da demanda agregada, especialmente em economias periféricas caracterizadas por altos níveis de desigualdade de renda. A redistribuição promovida pelo programa não apenas melhora o bem-estar imediato das famílias

beneficiárias, mas também gera efeitos multiplicadores sobre o consumo, dinamizando setores produtivos voltados ao mercado interno e contribuindo para a estabilidade macroeconômica. No entanto, sua eficácia a longo prazo depende da articulação com políticas estruturais voltadas para o desenvolvimento produtivo e a geração de empregos, sem as quais o programa corre o risco de atuar como um paliativo temporário, sem capacidade de reverter padrões históricos de insuficiência de consumo de bens essenciais e de desigualdade estrutural (Serrano e Summa, 2015).

A experiência do Auxílio Emergencial (AE), implementado no contexto da pandemia da COVID-19, reforça a importância de programas de transferência de renda na sustentação da atividade econômica. Estudos do MADE/USP indicam que o AE teve um impacto significativo na contenção da recessão econômica em 2020, evitando uma contração ainda mais severa do PIB brasileiro. Segundo Carvalho (2021), a ampliação da transferência de renda naquele período não apenas evitou um colapso do consumo das famílias, mas também gerou efeitos multiplicadores substanciais, impulsionando setores como comércio e serviços e reduzindo a queda do nível de emprego. Esse episódio evidencia como políticas de transferência de renda, quando implementadas em larga escala, podem funcionar como estabilizadores automáticos eficazes, atenuando ciclos recessivos e promovendo maior resiliência econômica.

Como discutido anteriormente, reitera-se que a eficácia do PBF como instrumento de desenvolvimento econômico depende da sua integração com um conjunto mais amplo de políticas: produtivas/industriais, de emprego e de infraestrutura social. A ausência dessa articulação pode limitar seu impacto à mitigação pontual da pobreza, sem alterar de forma estrutural os fatores que perpetuam a desigualdade e a insuficiência da demanda agregada (Serrano e Summa, 2015). A experiência do AE é um bom experimento que reforça a necessidade de se repensar a política de transferência de renda no Brasil não apenas como uma medida de combate à pobreza, mas como parte de uma estratégia macroeconômica voltada ao crescimento inclusivo e sustentado (Carvalho, 2021).

2.4.3 Bolsa-Família e desigualdade de renda e riqueza no Brasil: efeitos, limitações e conexões teóricas

O Programa Bolsa-Família (PBF) consolidou-se como uma das principais políticas públicas brasileiras voltadas à redução da desigualdade de renda e da pobreza monetária² e à promoção da mobilidade social. Desde sua criação, o programa tem sido amplamente estudado por seu impacto na redução da pobreza monetária. Além disso, estudos apontam que, entre 2004 e 2014, o Bolsa-Família contribuiu para a diminuição da desigualdade de renda no Brasil, refletida na redução do coeficiente de Gini (IPEA, 2009). Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o PBF foi responsável por 15% da queda da desigualdade de renda no período, contribuindo para a ascensão de milhões de famílias à classe média baixa (Brasil, 2014). Esse efeito é particularmente relevante em um país marcado por histórica concentração de renda, onde os 10% mais ricos detêm mais de 50% da renda nacional (IPEA, 2012).

A atuação do PBF na redução da pobreza e na promoção da mobilidade social está intrinsecamente ligada à sua capacidade de garantir um piso mínimo de renda para famílias vulneráveis. Estudos demonstram que o programa não apenas alivia a pobreza imediata, mas também cria condições para a acumulação de capital humano, por meio de condicionalidades em educação e saúde (*World Bank*, 2018).

A frequência escolar de crianças e adolescentes beneficiários aumentou em média 4,6 pontos percentuais, enquanto a mortalidade infantil caiu 17% em municípios com alta cobertura do programa (Moraes et al., 2018). Estudos recentes da Fundação Getúlio Vargas (Brasil, 2024), com base em dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Cadastro Único (CadÚnico), evidenciam a expressiva participação de beneficiários do Programa Bolsa-Família na absorção de novas vagas de trabalho no Brasil. Uma análise divulgada em dezembro de 2024 revelou que mais de 91% dos empregos formais gerados entre janeiro de 2023 e setembro de 2024 foram preenchidos por indivíduos cadastrados no CadÚnico. Esse dado reforça a forte interseção entre a população atendida por programas sociais e a expansão do

² As definições de pobreza e extrema pobreza monetárias adotadas na metodologia deste trabalho partem do conceito de pobreza como um valor proporcional ao salário mínimo, pois entende-se que este tende a acompanhar a evolução de um padrão mínimo de renda da sociedade. Nesse sentido, como será tratado mais à frente, adotaram-se os critérios de pobreza para os indivíduos que residem em domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita de até 1/2 (meio) salário mínimo e de extrema pobreza para aqueles com rendimento domiciliar per capita de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo corrente.

mercado de trabalho formal. Ademais, dentro desse contingente de novas contratações, 71,11% das vagas foram ocupadas especificamente por pessoas beneficiadas pelo Bolsa-Família. Esses resultados sugerem que o PBF opera como um mecanismo de ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, ao investir no desenvolvimento de capacidades que permitem a ascensão social de futuras gerações.

No entanto, críticos apontam que o impacto do PBF na redução da desigualdade de riqueza é limitado, uma vez que o programa não interfere diretamente na estrutura de acumulação de ativos financeiros e imobiliários, que permanecem altamente concentrados no topo da pirâmide social (Gonçalves et al., 2023). Essa limitação conecta-se ao debate pós-keynesiano sobre financeirização e concentração de riqueza, que enfatiza a crescente desconexão entre a dinâmica da renda e a acumulação de ativos em economias capitalistas contemporâneas. Conforme argumenta Lavoie (2014), a financeirização — entendida como a expansão do setor financeiro e a subordinação da economia real à lógica da valorização financeira — acentua a desigualdade ao privilegiar rentistas e detentores de ativos em detrimento de trabalhadores e pequenos produtores.

Nesse contexto, o PBF pode ser interpretado como uma política compensatória, que mitiga os efeitos perversos da financeirização sobre a distribuição de renda, mas não enfrenta as causas estruturais da concentração de riqueza. Autores como Piketty (2014) destacam que, em economias com alta taxa de retorno sobre o capital, a desigualdade tende a se perpetuar, a menos que políticas redistributivas sejam combinadas com medidas progressivas de tributação sobre patrimônio e heranças.

Ainda assim, o programa desempenha um papel crucial na estabilização social e econômica, ao reduzir a vulnerabilidade de milhões de famílias à pobreza extrema. Conforme argumentam autores pós-keynesianos, a garantia de uma renda básica é essencial para a estabilidade financeira das famílias, reduzindo a dependência de empréstimos informais e mitigando o risco de crises de endividamento. Nesse sentido, o PBF pode ser visto como um mecanismo de proteção contra os efeitos desestabilizadores da financeirização, que tende a ampliar a fragilidade financeira de grupos de baixa renda (Lavoie, 2014).

Em síntese, o Bolsa-Família representa um avanço significativo na redução da desigualdade de renda no Brasil, com impactos positivos sobre a pobreza e a mobilidade social. No entanto, sua eficácia na redução das desigualdades estruturais, especialmente da concentração de riqueza, permanece limitada diante da persistência de mecanismos de acumulação patrimonial e da ausência de reformas tributárias progressivas que incidam sobre renda e patrimônio, com destaque para o imposto sobre grandes fortunas e heranças.

Sob a perspectiva pós-keynesiana, a desigualdade não pode ser analisada apenas sob a ótica da renda, mas deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, no qual a insuficiência socioeconômica se manifesta em diversas esferas, como acesso desigual a ativos produtivos, crédito, educação e infraestrutura. A financeirização da economia, por exemplo, reforça a concentração de riqueza ao privilegiar o capital financeiro em detrimento da remuneração do trabalho, restringindo a capacidade das camadas mais pobres de acumular patrimônio e romper o ciclo intergeracional da pobreza. Nesse sentido, o Bolsa-Família, embora eficaz na ampliação do consumo das famílias de baixa renda e na dinamização da demanda agregada, não é suficiente, por si só, para alterar as estruturas que perpetuam a insuficiência socioeconômica multidimensional.

A conexão entre o Bolsa-Família e o debate sobre Insuficiência Socioeconômica Multidimensional evidencia a necessidade de políticas complementares que abordem as raízes estruturais da desigualdade. Além da transferência direta de renda, medidas como acesso ampliado a serviços públicos de qualidade, regulação do mercado de crédito para evitar endividamento predatório e políticas que garantam acesso a ativos produtivos são fundamentais para se alcançar uma distribuição mais equitativa, não apenas da renda, mas também da riqueza. Assim, uma abordagem integrada e estrutural se torna essencial para consolidar avanços na redução da pobreza e da desigualdade de forma duradoura.

3 METODOLOGIA

O Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) foi construído com o propósito de viabilizar uma avaliação abrangente da insuficiência socioeconômica, conceito teórico-metodológico proposto inicialmente por Trovão (2015). Sua estrutura permite a exploração sistemática de dados oriundos de pesquisas domiciliares, sendo adotada neste estudo a base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³. Reconhecida como instrumento fundamental para a formulação de políticas públicas no país, essa fonte oferece subsídios empíricos para análises que demandam granularidade estatística.

A opção pelos registros anuais da PNAD Contínua fundamenta-se na necessidade de capturar variáveis de caráter estrutural, exclusivamente disponíveis nessa periodicidade, essenciais para operacionalizar a multidimensionalidade inerente ao fenômeno investigado. Implementada desde 1967, a PNAD consolida-se como pesquisa probabilística de abrangência nacional, englobando temáticas socioeconômicas diversificadas, como dinâmicas demográficas, condições habitacionais e perfis de saúde. A reformulação metodológica instituída em 2012, que originou a PNAD Contínua, ampliou seu escopo investigativo, permitindo a coleta trimestral de dados em mais de 211 mil domicílios distribuídos em 3.500 municípios, com aprimoramento na articulação entre indicadores conjunturais e estruturais⁴.

Conforme descrito por Trovão et al. (2023), o IISM tem como objetivo mensurar o nível de insuficiência socioeconômica multidimensional de determinadas localidades a partir da agregação de dados domiciliares. O índice é estruturado em seis dimensões principais: (i) Educação; (ii) Trabalho; (iii) Renda *per capita* e patrimônio; (iv) Condições habitacionais; (v) Acesso a bens de consumo; e (vi) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Cada uma dessas dimensões é composta por um conjunto de indicadores que possibilitam a identificação e classificação dos indivíduos e domicílios conforme critérios específicos que determinam a condição de insuficiência em cada área analisada.

³ Conforme apontado por Trovão et al. (2023), as pesquisas domiciliares enfrentam certas limitações quando se trata de quantificar, com maior precisão, aspectos complexos discutidos pela literatura econômica sobre as diversas facetas da desigualdade. Isso se deve ao fato de que essas desigualdades são dinâmicas e se acumulam ao longo do tempo. Questões como representação política, justiça ambiental ou mobilidade urbana, por exemplo, costumam ser pouco exploradas ou até mesmo ausentes em grande parte dessas pesquisas estatísticas.

⁴ Tendo em vista que este estudo busca analisar a insuficiência socioeconômica sob uma perspectiva multidimensional, optou-se por utilizar os microdados anuais disponibilizados pela PNAD Contínua, por sua amplitude e acessibilidade.

A metodologia empregada para a construção do índice segue uma lógica analítica que envolve três etapas principais. Primeiramente, a cada indicador avaliado é atribuído o valor 1 (um) caso a condição de insuficiência esteja presente, ou 0 (zero) em caso contrário. Em seguida, realiza-se o somatório dos indicadores dentro de cada dimensão. Por fim, se a razão entre o número de indicadores que receberam valor 1 e o total de indicadores da dimensão for igual ou superior a 0,25, o domicílio será classificado como insuficiente naquela dimensão (Trovão et al., 2023).

Para ilustrar esse critério, pode-se considerar a dimensão "Trabalho" (Quadro 1), que abrange quatro indicadores. Se ao menos um desses indicadores apresentar a condição de insuficiência, a razão será igual ou superior a 0,25, classificando o domicílio como insuficiente nesta dimensão. De maneira análoga, na dimensão "Acesso a bens de consumo", composta por sete indicadores, será necessário que pelo menos dois deles atendam aos critérios de insuficiência para que o domicílio seja categorizado como insuficiente nesta dimensão, respeitando assim o critério estabelecido.

Quadro 1 - Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis

Dimensão	Indicador	Nome da Variável
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Presença no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais analfabetas - Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos fora da escola - Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos de idade em defasagem escolar - Ausência no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais com, no mínimo, ensino médio completo 	<ul style="list-style-type: none"> adulto_analf jovem_fora_escola jovem_em_defas0617 sem_ensi_med_comp
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais desocupadas - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais em situação de desalento - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais subocupadas - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais na informalidade 	<ul style="list-style-type: none"> desocup desalento subocup informal
Renda e patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> - Rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a linha de pobreza extrema (0.25 do salário mínimo) - Presença no domicílio de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a linha de pobreza (0.5 do salário mínimo) sem qualquer benefício ou assistência monetária por parte do governo - Presença no domicílio de pessoas de 65 anos de idade ou mais sem aposentadoria ou pensão - Ausência de registro de propriedade do domicílio em nome de qualquer um de seus moradores 	<ul style="list-style-type: none"> ext_pobreza pobreza_sem_assist idoso_sem_apos sem_propriedade
Condições habitacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de material apropriado na composição das paredes do domicílio (alvenaria ou madeira apropriada) - Ausência de sanitário de uso exclusivo dos moradores do domicílio - Utilização de lenha ou de combustível inadequado para a preparação de alimentos no domicílio 	<ul style="list-style-type: none"> sem_parede sem_sanitario sem_combust_fogao
Acesso a bens de consumo	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência no domicílio de ao menos um telefone (fixo ou móvel) - Ausência no domicílio de ao menos uma geladeira ou freezer - Ausência no domicílio de ao menos uma máquina de lavar roupas - Ausência no domicílio de ao menos um televisor - Ausência no domicílio de ao menos um computador - Ausência no domicílio de acesso à internet - Ausência no domicílio de ao menos um veículo (motocicleta ou automóvel) 	<ul style="list-style-type: none"> sem_telefone sem_geladeira sem_maq_lavar sem_tv sem_pc sem_internet sem_veiculo
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência no domicílio de água proveniente da rede geral de abastecimento e distribuição - Ausência no domicílio de destino apropriado para o esgoto sanitário (rede geral ou fossa ligada à rede) - Ausência no domicílio de serviço de coleta de lixo - Ausência no domicílio de energia elétrica 	<ul style="list-style-type: none"> sem_agua_rede sem_esgoto sem_col_lixo sem_eletric

Fonte: Trovão et al. (2023, p. 32).

A mensuração da ISM opera mediante a análise das frequências relativas domiciliares, calculadas a partir da proporção entre domicílios classificados como insuficientes e o total amostral em cada dimensão. Essa métrica quantifica a prevalência do fenômeno em escala relativa, onde valores mais elevados indicam maior gravidade da insuficiência na dimensão correspondente, enquanto reduções sinalizam melhoria nas condições analisadas. Em casos extremos, a proporção pode atingir a unidade (1,0 ou 100%), configurando cenário de universalidade da insuficiência naquela dimensão específica.

A representação gráfica dessas proporções é realizada em sistema de coordenadas cartesianas bidimensionais, originando um polígono hexagonal (ou gráfico de radar), cujos vértices correspondem às seis dimensões do IISM. Cada vértice posiciona-se radialmente a uma distância do ponto central (0,0) equivalente ao valor proporcional da insuficiência na respectiva dimensão, variando entre 0 (ausência total) e 1 (insuficiência universal). Conforme demonstrado por Trovão et al. (2023), a configuração máxima de insuficiência multidimensional (quando 100% dos domicílios apresentam carências em todas as dimensões) materializa-se como um hexágono regular, com vértices equidistantes do centro, delimitando a área máxima passível de observação.

A configuração de um hexágono regular representa, portanto, a condição de insuficiência socioeconômica máxima (Trovão et al., 2023), caracterizando um cenário em que todas as dimensões do IISM apresentam insuficiências plenas para todos os domicílios baseados. A quantificação dessa área é obtida por meio da seguinte fórmula:

$$A_h = \frac{3L^2\sqrt{3}}{2}$$

Onde,

A_h é a área do hexágono que representa o máximo graus de ISM.

L é o lado do polígono.

Dado que é improvável que qualquer espaço geográfico apresente universalidade da insuficiência socioeconômica em todas as dimensões (ou seja, 100% dos domicílios em condição de insuficiência), a configuração observada na prática resulta em um polígono irregular de seis lados. O cálculo da área desse polígono é realizado por meio da soma das áreas dos triângulos adjacentes, dispostos em sentido horário, independentemente do triângulo inicial escolhido.

Conforme Trovão et al. (2023), a área de cada triângulo, definido pelas coordenadas $A(X_a, Y_a)$, $B(X_b, Y_b)$ e $C(X_c, Y_c)$, pode ser determinada pela seguinte fórmula:

$$A_t = \frac{1}{2} |D|$$

Onde,

$$|D| = \begin{vmatrix} X_a & Y_a & 1 \\ X_b & Y_b & 1 \\ X_c & Y_c & 1 \end{vmatrix}$$

Dessa maneira, a área do polígono é determinada pela soma das áreas dos triângulos sucessivos formados entre os pontos que representam as proporções de domicílios em condição de Insuficiência Socioeconômica (IS) em cada uma das dimensões analisadas e a origem do plano cartesiano (0,0) (Trovão et al., 2023).

O Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), que sintetiza esse processo, é obtido a partir da relação entre a condição observada e a insuficiência socioeconômica máxima possível. O cálculo do IISM é realizado a partir da razão entre a raiz quadrada da área do polígono resultante da observação empírica e a raiz quadrada da área do hexágono teórico que representa a máxima insuficiência socioeconômica multidimensional (ISM) (Trovão et al., 2023).

$$IISM = \frac{\sqrt{A_{obs}}}{\sqrt{A_h}}$$

Onde,

A_{obs} é a área do polígono observado para qualquer unidade de análise.

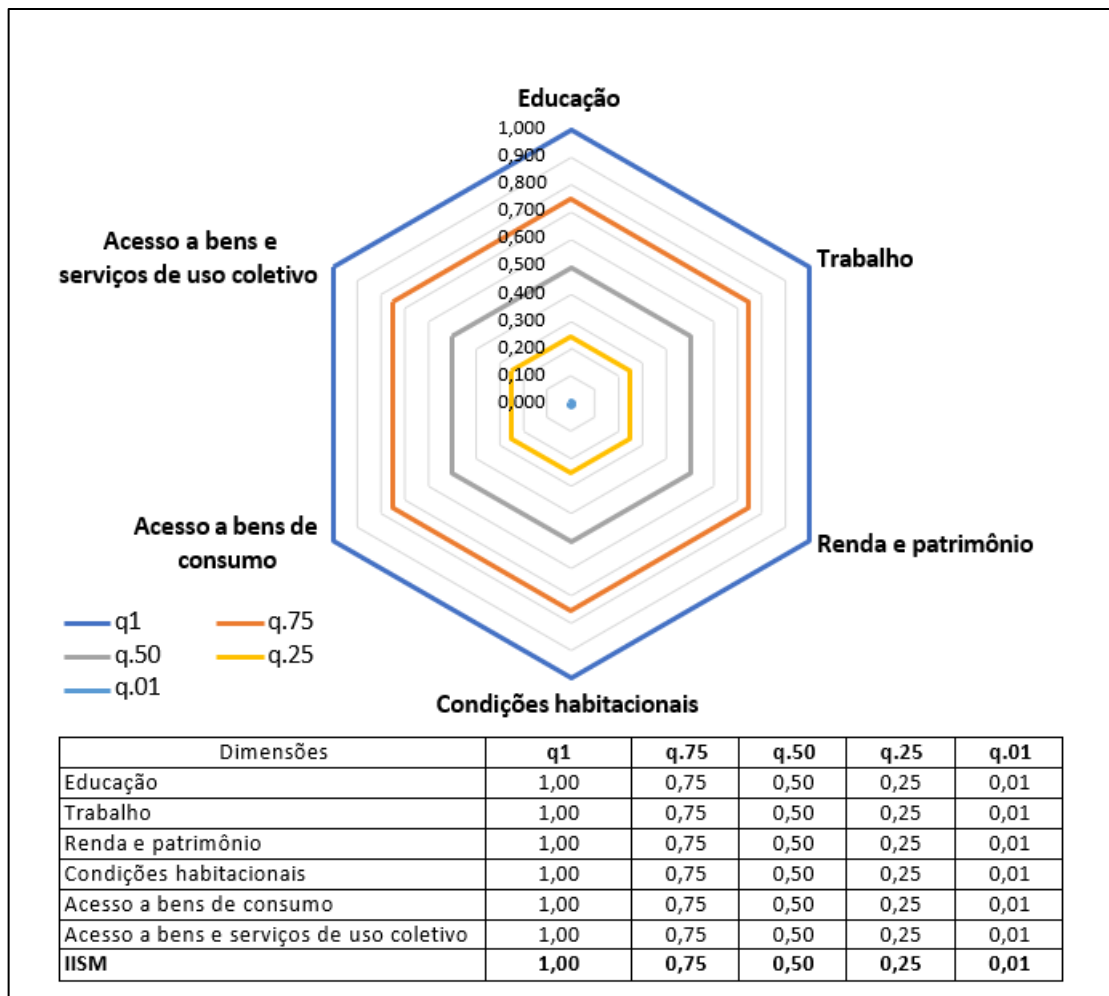
A_h é a área do hexágono que representa o máximo grau de ISM.

Dado que a área do polígono observado é necessariamente menor do que a do hexágono que simboliza a insuficiência máxima, os valores do IISM estarão sempre compreendidos no intervalo entre 0 e 1. Esse resultado decorre do fato de que a área do polígono é definida por triângulos cujos vértices apresentam distâncias em relação ao ponto central que são, no máximo, unitárias. Dessa forma, quanto mais próximo de 0 for o valor do IISM, menor será o grau de insuficiência socioeconômica, ao passo que valores próximos de 1 indicam a maior severidade possível dessa insuficiência.

Como ilustra o Gráfico 1, o IISM atinge valor unitário exclusivamente no cenário hipotético de universalidade da insuficiência (100% dos domicílios em todas as dimensões), enquanto proporções parciais geram índices fracionários. Por exemplo, uma taxa de 25% de domicílios insuficientes em todas as dimensões resulta em IISM igual a 0,25. O mesmo

princípio se aplica para proporções de 75%, 50% e 1%, demonstrando a relação direta entre a área do polígono e o nível de insuficiência socioeconômica identificado⁵.

Gráfico 1 - Proporção de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica segundo dimensões e valores para o IISM de acordo com cinco situações hipotéticas (q1, q.75, q.50, q.25, q.01)



Fonte: Trovão et al. (2023, p. 32).

Considerando que cada dimensão contribui com 1/6 para a composição total do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), variações nas proporções de domicílios em insuficiência socioeconômica em qualquer uma das dimensões implicam mudanças proporcionais no índice, ainda que em escala reduzida. Essa característica confere

⁵ Em situações simuladas, o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) adota valores equivalentes às proporções estabelecidas hipoteticamente para cada dimensão. Isso ocorre porque o índice é calculado com base na raiz quadrada dessas proporções. Embora o IISM seja derivado da área de polígonos, sua variação não segue uma lógica quadrática, o que justifica esse comportamento matemático.

sensibilidade metodológica ao IISM, permitindo capturar alterações setoriais, mesmo quando localizadas em dimensões específicas, sem comprometer a integridade da análise multidimensional.

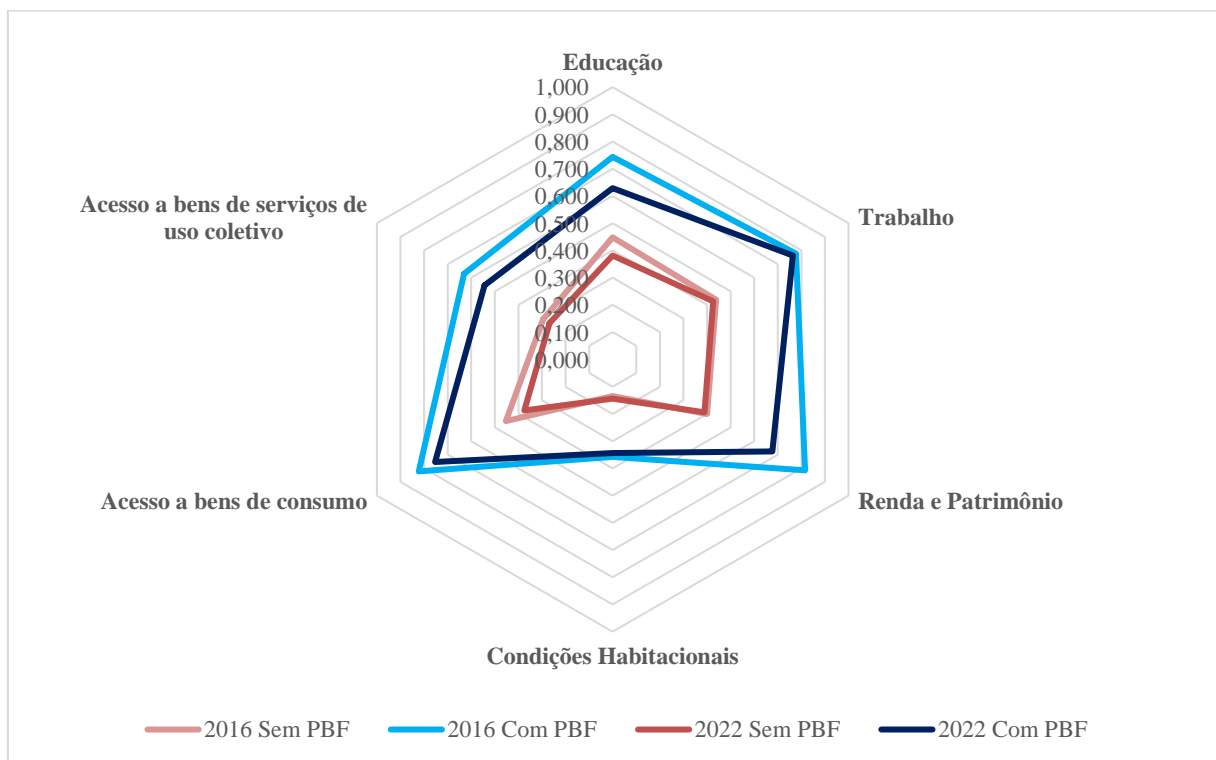
No presente estudo, a classificação dos domicílios quanto à participação no Programa Bolsa-Família foi realizada com base nos registros da PNAD Contínua, que identifica a condição de recebimento do benefício. Essa abordagem possibilita comparar a ISM entre beneficiários e não beneficiários do Bolsa-Família, analisando como esse fenômeno se manifesta em diferentes segmentos da sociedade brasileira. A partir dessa comparação, é possível avaliar a evolução da ISM ao longo do tempo, identificar diferenças entre os grupos e destacar quais dimensões exigem maior atenção em termos de políticas públicas.

Em síntese, as estimativas geradas pela metodologia proposta referem-se à comparação da ISM entre domicílios beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa-Família, com base nos microdados da PNAD Contínua. A próxima seção detalha os resultados do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) para os dois grupos analisados, destacando as disparidades e tendências observadas.

4 RESULTADOS

No Gráfico 2, cada eixo do hexágono corresponde a uma dimensão estrutural, permitindo visualizar as disparidades entre beneficiários e não beneficiários do PBF⁶, bem como a evolução temporal dessas desigualdades. Sob a perspectiva Pós-Keynesiana, que enfatiza a centralidade da demanda agregada e a persistência de assimetrias estruturais em economias capitalistas, os dados sugerem que o PBF atua como mecanismo minimizador de vulnerabilidades imediatas, mas não tem como enfrentar desafios sistêmicos, como a precarização laboral e a carência de infraestrutura básica.

Gráfico 2 - Representação gráfica hexagonal de domicílio em situação de insuficiência socioeconômica conforme dimensões, segundo condição de beneficiários do PBF (2016 e 2022)



Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2016 e 2022.

A partir da análise gráfica, observa-se uma discrepância estrutural entre os domicílios beneficiários e não beneficiários do PBF, evidenciando que aqueles que recebem o benefício

⁶ Os beneficiários do Programa Bolsa Família, incluem os domicílios em que pelo menos um dos integrantes recebe o auxílio. Já os não beneficiários, são todos os outros domicílios em que nenhum dos integrantes recebe o auxílio.

apresentam níveis significativamente mais elevados de insuficiência socioeconômica em todas as dimensões analisadas. Em 2016, os beneficiários do PBF já exibiam níveis acentuados de privação em aspectos relacionados à educação, trabalho, renda e patrimônio, condições habitacionais, acesso a bens de consumo e a serviços coletivos. Em contrapartida, os não beneficiários apresentavam um nível de insuficiência socioeconômica substancialmente inferior, reforçando a existência de um hiato estrutural entre os dois grupos.

Ao comparar os resultados de 2016 e 2022, nota-se que, apesar da manutenção de desigualdades persistentes, houve mudanças importantes na estrutura das privações. Entre os beneficiários do PBF, observa-se uma leve redução da insuficiência socioeconômica em algumas dimensões, especialmente no acesso a bens de consumo e serviços coletivos, o que pode estar relacionado a políticas de ampliação do acesso à infraestrutura básica e a bens ligados ao ambiente digital. Contudo, as dimensões associadas ao trabalho e à renda permanecem críticas, evidenciando a fragilidade da inserção produtiva das famílias de baixa renda e a insuficiência dos mecanismos de mobilidade social.

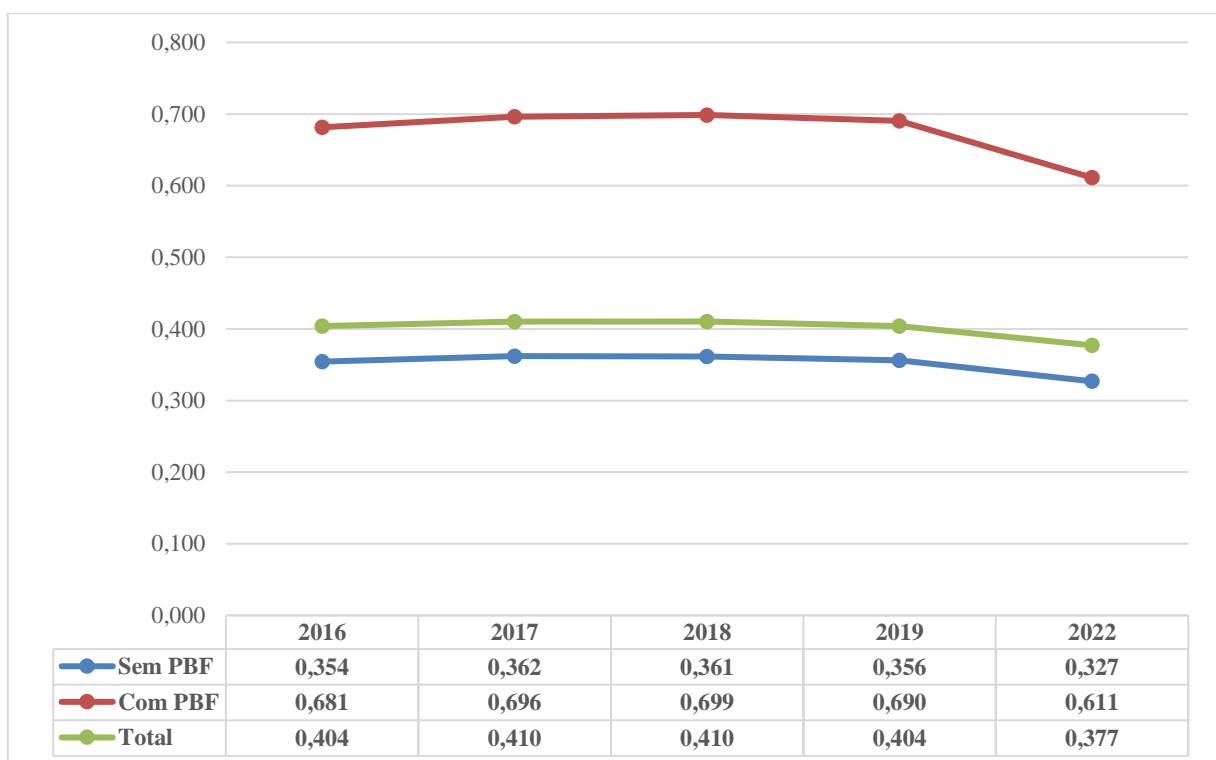
Sob a ótica pós-keynesiana, a análise do Gráfico 2 reforça a centralidade dos programas de transferência de renda na redução da desigualdade e na sustentação da demanda agregada. O Bolsa-Família, ao proporcionar um alívio imediato da insuficiência de renda, contribui para um aumento do consumo das famílias em situação de vulnerabilidade, gerando efeitos multiplicadores na economia. No entanto, a persistência da insuficiência socioeconômica entre os beneficiários do programa sugere que a transferência de renda, isoladamente, não é suficiente para romper os ciclos intergeracionais de pobreza e desigualdade multidimensionais. A abordagem pós-keynesiana destaca a necessidade de políticas complementares, como investimentos em educação, infraestrutura e estímulo à formalização do trabalho, de modo a garantir uma inserção mais equitativa no mercado de trabalho e reduzir a vulnerabilidade estrutural dessas famílias.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) entre os anos de 2016 e 2022, considerando três categorias de domicílios: beneficiários do Programa Bolsa-Família (PBF), não beneficiários e a população total. Durante o período observa-se que o IISM dos beneficiários do PBF permanece sistematicamente superior ao dos não beneficiários. A distância entre os dois grupos, no entanto, não é constante ao longo do tempo, sugerindo que fatores conjunturais e mudanças nas políticas sociais pode afetar a dinâmica da insuficiência socioeconômica.

Entre 2016 e 2019, observa-se uma tendência de relativa estabilidade no IISM, com uma leve redução entre os beneficiários do PBF. Essa dinâmica pode estar associada à manutenção

do programa e à continuidade de políticas sociais e de acesso a serviços básicos, apesar do contexto econômico adverso decorrente da recessão de 2015-2016. Já em 2022, verifica-se uma redução do IISM, especialmente entre os beneficiários do PBF. Esse movimento pode estar relacionado ao auxílio emergencial que foi uma das medidas adotadas para minimizar os impactos da pandemia de COVID-19 e a retomada do crescimento com recuperação do mercado de trabalho, no imediato pós pandemia.

Gráfico 3 - Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional por condição de beneficiários do PBF e Total (2016-2022)



Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2016 e 2022.

Contudo, o ritmo lento de convergência entre beneficiários e não beneficiários reforça a tese Pós-Keynesiana de que políticas sociais devem ser complementadas por reformas estruturais. A teoria argumenta que, em economias marcadas por heterogeneidade produtiva e concentração de renda, a estabilização da demanda agregada via transferências é necessária, porém insuficiente. É imperativo combinar tais medidas com regulação do mercado de trabalho, tributação progressiva e investimentos em setores estratégicos (como saúde, educação e infraestrutura social) para romper ciclos de reprodução da ISM.

A Tabela 1 apresenta a proporção de domicílios em insuficiência socioeconômica conforme diferentes dimensões e indicadores, segmentando-os entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa-Família (PBF), além da população total, para o ano de 2016.

Tabela 1 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2016

Dimensão	Indicador	Sem PBF	Com PBF	Total
Educação	adulto_analf	10,9%	23,4%	12,8%
	jovem_fora_escola	1,9%	4,2%	2,3%
	jovem_em_defas0617	12,3%	29,2%	14,9%
	sem_ensi_med_comp	33,4%	60,2%	37,5%
Trabalho	desalento	2,7%	11,6%	4,0%
	desocup	13,6%	20,9%	14,7%
	subocup	5,0%	15,0%	6,5%
	informal	31,2%	60,5%	35,6%
Renda e Patrimônio	ext_pobreza	5,1%	37,2%	9,9%
	pobreza_sem_assist	15,4%	70,8%	23,8%
	idoso_sem_apos	3,3%	1,2%	3,0%
	sem_propriedade	26,9%	28,6%	27,2%
Condições Habitacionais	sem_parede	0,7%	3,3%	1,1%
	sem_sanitario	0,9%	5,5%	1,6%
	sem_combust_fogao	12,7%	33,8%	15,9%
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	4,8%	9,9%	5,6%
	sem_geladeira	1,5%	4,0%	1,9%
	sem_maq_lavar	31,2%	70,1%	37,1%
	sem_tv	2,5%	3,7%	2,7%
	sem_pc	48,2%	81,8%	53,3%
	sem_internet	31,6%	54,3%	35,0%
	sem_veiculo	37,8%	55,7%	40,5%
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	5,5%	16,6%	7,2%
	sem_esgoto	28,2%	57,3%	32,6%
	sem_col_lixo	6,7%	26,0%	9,6%
	sem_eletric	0,2%	0,6%	0,2%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2016.

Os dados revelam um padrão consistente de maior vulnerabilidade entre os domicílios beneficiários do PBF em todas as dimensões analisadas, evidenciando que o programa de transferência de renda é corretamente direcionado às famílias em maior situação de insuficiência socioeconômica. No entanto, essa focalização não significa que o PBF seja

suficiente para reverter a desigualdade estrutural, mas sim que representa um mecanismo de alívio emergencial para uma parcela da população que enfrenta múltiplas privações.

Na dimensão da educação, os beneficiários do PBF apresentam taxas muito mais elevadas de analfabetismo, evasão escolar e defasagem educacional, demonstrando a dificuldade de acesso à formação adequada. Essa limitação compromete a mobilidade social e reforça ciclos intergeracionais de pobreza, evidenciando a necessidade de políticas educacionais mais eficazes. Na dimensão do trabalho, a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho é marcada por altos índices de desalento, desocupação e informalidade, refletindo a precariedade estrutural que dificulta a ascensão socioeconômica. A dependência de empregos informais reforça a vulnerabilidade dessas famílias uma vez que é reflexo da possibilidade de ser excluído do programa, indicando a necessidade de políticas de emprego e qualificação profissional.

Na dimensão de renda e patrimônio, as disparidades são ainda mais evidentes, com altas taxas de extrema pobreza e privação patrimonial entre os beneficiários do PBF. Apesar do papel mitigador do programa, a insuficiência de renda persiste, demonstrando que a transferência monetária, isoladamente, não é suficiente para garantir uma melhora estrutural na qualidade de vida. Na dimensão das condições habitacionais, a precariedade dos domicílios beneficiários se manifesta em maior incidência de moradias sem banheiro adequado, sem estrutura de parede e com dificuldades de acesso a combustíveis para cocção. Esses *déficits* refletem a insuficiência de investimentos públicos em infraestrutura urbana para a população mais vulnerável.

Na dimensão do acesso a bens de consumo, as desigualdades se manifestam na baixa posse de eletrodomésticos e equipamentos essenciais, como máquina de lavar, computador e internet. A falta de acesso a esses bens compromete o desenvolvimento humano e a inserção educacional e produtiva das famílias beneficiárias. Por fim, na dimensão do acesso a bens e serviços de uso coletivo, os beneficiários do PBF enfrentam maiores dificuldades de acesso a serviços básicos, como abastecimento de água, saneamento e coleta de lixo. Essa carência compromete as condições sanitárias e amplia a vulnerabilidade socioeconômica.

A Tabela 2 reafirma a desigualdade estrutural entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa-Família (PBF) em 2017, evidenciando a persistência de múltiplas privações socioeconômicas.

Na dimensão da educação, observa-se um pequeno declínio nos indicadores de insuficiência, mas as taxas de analfabetismo, evasão e defasagem escolar entre os beneficiários do PBF ainda são muito superiores às dos não beneficiários. A desigualdade no acesso à educação continua a ser um fator limitante para a mobilidade social e a qualificação da força de

trabalho. Na dimensão do trabalho, a precariedade se intensifica, com aumento do desalento e da informalidade entre os beneficiários, refletindo um mercado de trabalho ainda mais excludente. Isso reforça a tese pós-keynesiana de que a falta de demanda agregada e políticas ativas de emprego perpetua a desigualdade estrutural.

Tabela 2 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2017

Dimensão	Indicador	Sem PBF	Com PBF	Total
Educação	adulto_analf	10,9%	22,5%	12,6%
	jovem_fora_escola	1,8%	4,2%	2,1%
	jovem_em_defas0617	11,8%	27,6%	14,1%
	sem_ensi_med_comp	33,0%	57,7%	36,6%
Trabalho	desalento	3,2%	13,5%	4,7%
	desocup	14,5%	24,1%	15,9%
	subocup	6,6%	18,0%	8,2%
	informal	32,7%	61,2%	36,8%
Renda e Patrimônio	ext_pobreza	5,7%	41,8%	10,9%
	pobreza_sem_assist	16,1%	73,8%	24,5%
	idoso_sem_apos	3,5%	1,0%	3,2%
	sem_propriedade	27,3%	29,8%	27,7%
Condições Habitacionais	sem_parede	0,8%	3,5%	1,2%
	sem_sanitario	1,2%	9,1%	2,4%
	sem_combust_fogao	14,3%	36,4%	17,5%
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	4,6%	10,1%	5,4%
	sem_geladeira	1,5%	4,6%	1,9%
	sem_maq_lavar	30,5%	70,8%	36,3%
	sem_tv	3,0%	4,7%	3,2%
	sem_pc	50,7%	84,5%	55,6%
	sem_internet	25,6%	44,3%	28,3%
	sem_veiculo	37,4%	56,2%	40,1%
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	6,0%	17,7%	7,6%
	sem_esgoto	28,8%	59,5%	33,2%
	sem_col_lixo	6,4%	25,5%	9,2%
	sem_eletric	0,2%	0,7%	0,2%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2017.

Na dimensão de renda e patrimônio, nota-se um agravamento da insuficiência socioeconômica, com elevação da extrema pobreza e do percentual de domicílios em situação de privação patrimonial. A dependência de transferências de renda sem ampliação de oportunidades produtivas mantém os beneficiários do PBF em situação de vulnerabilidade. Na dimensão das condições habitacionais, há uma piora nos indicadores, com maior proporção de

domicílios sem banheiro adequado e sem acesso a combustíveis básicos para cozinhar. Esse cenário reforça a necessidade de investimentos maiores em auxílio gás, por exemplo, e melhores condições saneamento para garantir um padrão de vida digno à população mais pobre.

Na dimensão do acesso a bens de consumo, a privação digital e tecnológica continua acentuada, com aumento do percentual de beneficiários sem computador e internet. Isso limita o acesso à informação, à educação e às oportunidades de inserção produtiva, agravando a exclusão social. Na dimensão do acesso a bens e serviços de uso coletivo, a desigualdade persiste e, em alguns casos, piora, com maior proporção de domicílios beneficiários sem acesso à rede de esgoto e coleta de lixo, demonstrando a insuficiência de investimentos públicos na ampliação da infraestrutura básica.

Comparando os anos de 2016 e 2017, verifica-se uma leve deterioração das condições socioeconômicas entre os beneficiários do PBF, principalmente nas dimensões do trabalho, renda e patrimônio, e condições habitacionais. A Tabela 3, referente ao ano de 2018, mantém a tendência de desigualdade estrutural entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), evidenciando privações persistentes em todas as dimensões da insuficiência socioeconômica.

Na dimensão da educação, os indicadores mostram uma leve melhora, com redução das taxas de analfabetismo e da defasagem escolar entre os beneficiários do PBF. No entanto, a desigualdade educacional segue elevada, com mais da metade dos beneficiários sem ensino médio completo, o que limita sua inserção produtiva e mobilidade social. Na dimensão do trabalho, o desalento e a informalidade continuam crescendo, atingindo patamares ainda mais altos. O percentual de subocupados em domicílios beneficiados pelo PBF também aumenta, indicando um aprofundamento da precariedade no mercado de trabalho. Esses dados reforçam a visão pós-keynesiana de que a falta de estímulos à demanda agregada e de políticas ativas de emprego mantém a exclusão dos trabalhadores mais vulneráveis.

Na dimensão de renda e patrimônio, os dados mostram uma leve estabilização nos níveis de extrema pobreza, mas a privação patrimonial entre os beneficiários do PBF permanece elevada. A proporção de domicílios com pessoas em situação de pobreza que não possuem qualquer assistência social⁷ segue alta, demonstrando que transferências de renda não são suficientes para garantir uma melhora sustentável nas condições de vida para todos os moradores do domicílio, exigindo políticas estruturais complementares.

⁷ i.e., sem qualquer benefício ou assistência monetária por parte do governo.

A estruturação do aparato de seguridade social foi pensada para não possibilitar, na maioria dos casos, o acúmulo de benefícios de transferência de renda. Assim, quando um domicílio é beneficiado por algum programa como o PBF, ele não pode, via de regra, acumular esse benefício com outros valores oriundos de outros programas. No entanto, a Lei Nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que institui o Programa Bolsa Família, passou a considerar que o benefício do PBF “não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória, bem como as transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição Federal e o caput e o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004” (Brasil, 2023). Nesses casos, pela lei, um domicílio beneficiado pelo PBF poderia ter um benefício de outro programa, como é o caso do BPC. Isso faz com que seja relevante se questionar se o valor recebido pelo beneficiário do PBF, a depender do tamanho de sua família e da existência de outros benefícios no domicílio, o retira da condição de pobreza monetária ou contribui para o retirar da condição de insuficiência socioeconômica multidimensional. Portanto, defende-se que seja importante a investigação da existência no domicílio de pessoas em situação de pobreza monetária sem assistência, ainda que no domicílio exista um morador beneficiário do PBF.

Na dimensão das condições habitacionais, há um aumento na privação de acesso a infraestrutura básica, com crescimento no percentual de domicílios sem saneamento adequado (banheiro exclusivo para os residentes) e sem combustíveis adequados para cozinhar. Esse cenário reforça a necessidade de investimentos públicos contínuos para reduzir a precariedade habitacional e garantir melhores condições de vida para os mais pobres.

Na dimensão do acesso a bens de consumo, a exclusão digital e tecnológica se aprofunda, com aumento da proporção de beneficiários sem acesso a computador e internet. Esse fenômeno agrava a desigualdade de oportunidades, limitando o acesso à educação e a atividades produtivas essenciais na economia moderna. Na dimensão do acesso a bens e serviços de uso coletivo, a privação de serviços básicos como água encanada, esgoto e coleta de lixo permanece elevada entre os beneficiários do PBF. A ausência de investimentos públicos para expansão da infraestrutura urbana mantém um padrão de insuficiência estrutural que afeta diretamente a qualidade de vida dessas famílias.

Tabela 3 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2018

Dimensão	Indicador	Sem PBF	Com PBF	Total
Educação	adulto_analf	10,5%	21,2%	12,0%
	jovem_fora_escola	1,5%	4,1%	1,9%
	jovem_em_defas0617	11,2%	26,2%	13,4%
	sem_ensi_med_comp	31,4%	56,5%	35,1%
Trabalho	desalento	3,6%	15,5%	5,3%
	desocup	13,9%	23,1%	15,2%
	subocup	7,0%	19,2%	8,7%
	informal	33,2%	61,4%	37,3%
Renda e Patrimônio	ext_pobreza	5,4%	42,3%	10,8%
	pobreza_sem_assist	15,4%	73,5%	23,9%
	idoso_sem_apos	3,5%	1,1%	3,2%
	sem_propriedade	28,5%	30,8%	28,8%
Condições Habitacionais	sem_parede	0,7%	3,2%	1,0%
	sem_sanitario	1,3%	9,5%	2,5%
	sem_combust_fogao	16,3%	39,5%	19,7%
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	4,3%	9,5%	5,1%
	sem_geladeira	1,6%	4,7%	2,0%
	sem_maq_lavar	29,4%	69,6%	35,2%
	sem_tv	3,4%	4,9%	3,6%
	sem_pc	51,7%	86,7%	56,8%
	sem_internet	20,6%	37,0%	23,0%
	sem_veiculo	36,7%	55,4%	39,4%
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	5,6%	17,0%	7,3%
	sem_esgoto	28,6%	59,0%	33,0%
	sem_col_lixo	6,3%	24,2%	8,9%
	sem_eletric	0,2%	0,7%	0,3%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2018.

Em relação ao ano anterior, a Tabela 3 aponta uma ligeira melhora em alguns indicadores educacionais, pobreza e de extrema pobreza, mas um agravamento na precarização do mercado de trabalho e nas condições habitacionais. O desalento e a informalidade continuam aumentando, indicando que a exclusão produtiva dos beneficiários do PBF se aprofundou. Além disso, a privação habitacional e a falta de acesso a infraestrutura urbana essencial cresceram, refletindo uma ausência de políticas públicas eficazes na melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

A Tabela 4, referente ao ano de 2019, mantém a tendência de desigualdade estrutural entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa-Família (PBF), com persistência de

múltiplas privações em todas as dimensões da insuficiência socioeconômica, ainda que algumas variações apontem mudanças no contexto socioeconômico.

Tabela 4 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2019

Dimensão	Indicador	Sem PBF	Com PBF	Total
Educação	adulto_analf	10,2%	20,9%	11,7%
	jovem_fora_escola	1,5%	3,4%	1,7%
	jovem_em_defas0617	10,7%	25,1%	12,8%
	sem_ensi_med_comp	30,7%	54,4%	34,1%
Trabalho	desalento	3,5%	15,3%	5,2%
	desocup	13,4%	23,8%	14,9%
	subocup	7,2%	19,1%	8,9%
	informal	33,6%	61,9%	37,6%
Renda e Patrimônio	ext_pobreza	5,3%	43,3%	10,8%
	pobreza_sem_assist	15,5%	72,7%	23,7%
	idoso_sem_apos	3,7%	1,3%	3,3%
	sem_propriedade	28,5%	30,8%	28,8%
Condições Habitacionais	sem_parede	0,6%	3,0%	1,0%
	sem_sanitario	1,2%	9,0%	2,3%
	sem_combust_fogao	16,1%	37,8%	19,2%
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	4,1%	8,8%	4,8%
	sem_geladeira	1,5%	4,7%	1,9%
	sem_maq_lavar	28,5%	67,7%	34,2%
	sem_tv	3,5%	6,0%	3,9%
	sem_pc	53,4%	87,4%	58,3%
	sem_internet	17,1%	30,4%	19,0%
	sem_veiculo	36,0%	55,9%	38,9%
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	5,7%	17,1%	7,3%
	sem_esgoto	27,1%	57,3%	31,4%
	sem_col_lixo	6,1%	23,9%	8,7%
	sem_eletric	0,2%	0,8%	0,2%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2019.

Na dimensão da educação, observa-se uma leve melhora nos indicadores, com uma pequena redução na taxa de analfabetismo e na defasagem escolar entre os beneficiários do PBF. Apesar disso, a desigualdade educacional ainda é expressiva, com uma grande parcela dos beneficiários sem ensino médio completo, o que compromete sua inserção produtiva e reforça a exclusão social. Na dimensão do trabalho, os índices de desalento e informalidade continuam elevados, indicando a persistência da precarização do mercado de trabalho. A taxa de desocupação entre os beneficiários segue alta, refletindo a possibilidade de existir uma certa

resistência aos empregos formais por receio de perder o benefício, além da falta de políticas robustas de inclusão produtiva.

Na dimensão de renda e patrimônio, a taxa de extrema pobreza entre os beneficiários do PBF segue elevada, pois passou de 42,3% (2018) para 43,3% (2019). Além disso, a proporção de domicílios em pobreza sem assistência social permanece alta, demonstrando que, apesar da transferência de renda, as famílias ainda enfrentam dificuldades para superar a vulnerabilidade econômica sem mecanismos de proteção adicionais. Na dimensão das condições habitacionais, os indicadores mostram relativa estabilidade, mas as privações ainda são significativas, especialmente em relação à ausência de saneamento adequado e ao uso de combustíveis inadequados para cozinhar. A continuidade dessas carências reforça a necessidade de políticas de infraestrutura para reduzir o *déficit* habitacional e melhorar as condições de vida da população vulnerável.

Na dimensão do acesso a bens de consumo, a privação digital e tecnológica segue elevada, com altas taxas de domicílios beneficiários sem computador e internet. A exclusão do acesso a esses bens compromete o desenvolvimento humano e profissional dessas famílias, ampliando a desigualdade estrutural no país. Na dimensão do acesso a bens e serviços de uso coletivo, os beneficiários do PBF continuam enfrentando dificuldades no acesso a serviços essenciais como água tratada, esgoto e coleta de lixo. A precariedade desses serviços públicos demonstra a insuficiência de investimentos estatais para melhorar as condições de vida da população mais pobre.

Em comparação ao ano anterior, a Tabela 4 mostra um aumento em alguns indicadores educacionais e de extrema pobreza, quando se compara 2019 com 2018, entre os beneficiários do PBF, somado à precariedade no mercado de trabalho e no acesso a serviços básicos. O desalento e a informalidade seguem elevados, indicando que as dificuldades de inserção produtiva da população vulnerável continuam sem solução estrutural.

A Tabela 5, referente ao ano de 2022⁸, revela uma redução da insuficiência socioeconômica em algumas dimensões entre os beneficiários do Programa Bolsa-Família (PBF), embora a desigualdade estrutural em relação aos não beneficiários permaneça elevada.

⁸ Como o IBGE não divulgou os dados de condições habitacionais para os anos de 2020 e 2021, não é possível ter uma visão mais clara do período exato em que o país vivenciou uma das mais graves crises sociais provocada pela pandemia da COVID-19.

Tabela 5 – Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), segundo condição de pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2022

Dimensão	Indicador	Sem PBF	Com PBF	Total
Educação	adulto_analf	9,2%	17,1%	10,6%
	jovem_fora_escola	1,0%	2,9%	1,3%
	jovem_em_defas0617	9,8%	21,4%	11,8%
	sem_ensi_med_comp	27,9%	47,9%	31,4%
Trabalho	desalento	3,0%	12,2%	4,6%
	desocup	9,4%	18,6%	11,0%
	subocup	5,9%	15,1%	7,5%
	informal	32,6%	58,2%	37,1%
Renda e Patrimônio	ext_pobreza	4,9%	26,9%	8,7%
	pobreza_sem_assist	14,0%	58,7%	21,9%
	idoso_sem_apos	4,2%	1,8%	3,8%
	sem_propriedade	29,6%	33,0%	30,2%
Condições Habitacionais	sem_parede	0,6%	2,0%	0,8%
	sem_sanitario	0,9%	5,9%	1,8%
	sem_combust_fogao	13,9%	32,6%	17,2%
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	2,9%	4,1%	3,1%
	sem_geladeira	1,2%	3,3%	1,6%
	sem_maq_lavar	23,5%	59,1%	29,8%
	sem_tv	4,7%	8,2%	5,3%
	sem_pc	53,2%	86,4%	59,1%
	sem_internet	10,0%	13,4%	10,6%
	sem_veiculo	34,9%	53,9%	38,3%
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	5,1%	13,9%	6,7%
	sem_esgoto	25,7%	51,1%	30,2%
	sem_col_lixo	5,5%	18,4%	7,8%
	sem_eletric	0,2%	0,5%	0,2%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2022.

Na dimensão da educação, observa-se uma melhora significativa, com redução das taxas de analfabetismo, evasão escolar e defasagem educacional entre os beneficiários do PBF. O percentual de indivíduos sem ensino médio completo caiu para 47,9%, indicando avanços no acesso à educação, ainda que a desigualdade em relação aos não beneficiários continue alta. Na dimensão do trabalho, houve uma leve redução do desalento e da taxa de desocupação entre os beneficiários, o que sugere uma recuperação parcial do mercado de trabalho após a crise pandêmica. No entanto, a informalidade continua elevada (58,2%), indicando que grande parte da inserção laboral ainda ocorre sem garantias trabalhistas e previdenciárias.

Na dimensão de renda e patrimônio, nota-se uma redução expressiva da extrema pobreza e da pobreza monetária sem assistência social, refletindo o impacto das políticas de

transferência de renda e do aumento dos valores dos benefícios do Bolsa-Família nesse período. Contudo, a proporção de domicílios sem patrimônio continua elevada, evidenciando a dificuldade das famílias beneficiárias em acumular ativos que garantam maior estabilidade econômica. Na dimensão das condições habitacionais, há uma leve melhora nos indicadores de saneamento e infraestrutura domiciliar, com redução da proporção de domicílios sem banheiro adequado e sem combustíveis básicos para cozinhar. No entanto, as privações ainda são elevadas, indicando que o acesso a moradias dignas segue como um desafio estrutural para a população mais vulnerável.

Na dimensão do acesso a bens de consumo, verifica-se uma melhora no acesso a eletrodomésticos e internet, possivelmente impulsionada pela redução dos custos desses bens e pelo avanço da digitalização de serviços essenciais. Apesar disso, a desigualdade no acesso a tecnologias de informação ainda persiste, dificultando a inclusão produtiva das famílias beneficiárias do PBF. Na dimensão do acesso a bens e serviços de uso coletivo, houve uma redução das privações, com melhorias no abastecimento de água e saneamento. Entretanto, a ausência de coleta de lixo e de rede de esgoto ainda afeta uma parcela significativa dos beneficiários, demonstrando a necessidade contínua de investimentos públicos em infraestrutura básica.

Em relação a 2019, a Tabela 5 aponta melhorias significativas, especialmente nas dimensões de renda, educação e acesso a bens de consumo. A queda da extrema pobreza e da evasão escolar indica que as políticas sociais adotadas no período tiveram impacto positivo na redução das privações mais severas. No entanto, algumas desigualdades persistem, principalmente na informalidade, na privação habitacional e no acesso a serviços básicos. A informalidade segue alta, demonstrando que a melhora na ocupação não necessariamente significou uma inclusão produtiva de qualidade.

A Tabela 6, que apresenta a evolução das dimensões da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) de 2016 a 2022, revela avanços parciais e desafios estruturais persistentes, que dialogam criticamente com os princípios da teoria Pós-Keynesiana.

Ao longo do período, observa-se uma redução gradual nos índices de insuficiência socioeconômica em todas as dimensões, tanto para beneficiários quanto para não beneficiários, com destaque para quedas mais expressivas em Acesso a Bens de Consumo (de 0,822 para 0,753 entre beneficiários) e Serviços Coletivos (de 0,630 para 0,543). No entanto, as disparidades entre os dois grupos permanecem acentuadas, especialmente em Educação e Trabalho, onde os beneficiários do PBF apresentam índices consistentemente superiores, como

0,629 contra 0,381 na Educação em 2022. Essa diferença reflete a focalização do programa em populações em vulnerabilidade extrema, mas também evidencia a incapacidade de políticas monetárias isoladas em reverter desigualdades arraigadas.

Tabela 6 – Proporção de domicílios em situação de insuficiência segundo dimensões da ISM e pertencimento ao público beneficiado pelo PBF – Brasil, 2016-2019 e 2022⁹

Ano	Beneficiário do PBF	Educação	Trabalho	Renda e Patrimônio	Condições Habitacionais	Acesso a bens de consumo	Acesso a bens e serviços de uso coletivo
2016	Não	0,448	0,439	0,401	0,134	0,453	0,295
	Sim	0,744	0,778	0,813	0,358	0,822	0,630
	Total	0,493	0,490	0,463	0,168	0,509	0,345
2017	Não	0,440	0,465	0,410	0,151	0,440	0,298
	Sim	0,719	0,815	0,837	0,390	0,824	0,640
	Total	0,481	0,515	0,471	0,186	0,495	0,347
2018	Não	0,423	0,467	0,415	0,170	0,424	0,296
	Sim	0,710	0,820	0,839	0,418	0,817	0,629
	Total	0,465	0,518	0,476	0,206	0,481	0,344
2019	Não	0,414	0,468	0,415	0,167	0,414	0,283
	Sim	0,690	0,828	0,837	0,400	0,810	0,619
	Total	0,453	0,520	0,475	0,201	0,471	0,331
2022	Não	0,381	0,426	0,417	0,144	0,375	0,267
	Sim	0,629	0,764	0,738	0,344	0,753	0,543
	Total	0,425	0,486	0,474	0,180	0,442	0,316

Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2016-2019 e 2022.

Na dimensão Educação, a redução do índice entre beneficiários (de 0,744 para 0,629) sugere impactos positivos das condicionalidades do PBF, como a exigência de frequência escolar. Contudo, a persistência de uma lacuna de 65% em relação aos não beneficiários (0,381 em 2022) expõe limites estruturais: a falta de investimentos públicos em infraestrutura escolar, formação docente e universalização do ensino médio gratuito. A teoria Pós-Keynesiana enfatiza que a educação é um pilar para a equalização de oportunidades e o aumento da produtividade agregada, demandando políticas fiscais expansionistas e não apenas transferências de renda condicionadas.

⁹ Essa tabela apresenta os valores correspondentes aos vértices dos polígonos nos gráficos de radar, representando as medidas das variáveis analisadas em cada dimensão.

No Trabalho, a estagnação dos índices entre beneficiários (0,778 em 2016 para 0,764 em 2022) contrasta com a leve melhoria entre não beneficiários (0,439 para 0,426), reforçando a precarização laboral como fenômeno estrutural. A alta informalidade (58,2% em 2022) e o desalento (12,2%) entre beneficiários ilustram a incapacidade do PBF em combater a flexibilização do mercado de trabalho, defendendo-se, na ótica Pós-Keynesiana, a regulação trabalhista e políticas de emprego de último recurso para garantir estabilidade econômica e social.

Em Renda e Patrimônio, a trajetória dos beneficiários (com pico de 0,841 em 2017 e queda para 0,738 em 2022) revela a sensibilidade do programa a crises macroeconômicas e ajustes fiscais, já que observamos o aumento no valor do PBF que passou a ser R\$600,00. O aumento temporário da pobreza extrema em 2017 (41,8%) reflete a vulnerabilidade de populações marginalizadas a choques externos, como recessões e cortes de gastos públicos. A teoria ressalta que programas de transferência de renda, embora essenciais para estabilizar a demanda agregada, precisam ser complementados por tributação progressiva e políticas sociais capazes de alterar dinâmicas de concentração de riqueza.

Já nas Condições Habitacionais, a redução modesta do índice (de 0,358 para 0,344 entre beneficiários) indica avanços lentos em saneamento e habitação, com 51,1% dos domicílios beneficiários ainda sem esgoto em 2022. Essa lentidão está associada à histórica subordinação de investimentos em infraestrutura a ciclos políticos e à austeridade fiscal, contrariando a premissa Pós-Keynesiana de planejamento estatal de longo prazo e financiamento contínuo para serviços básicos.

No Acesso a Bens de Consumo, a queda do índice (de 0,822 para 0,753 entre beneficiários) reflete melhoria no acesso a itens como telefone, geladeira e máquina de lavar, impulsionada pelo aumento do poder de compra via transferência de renda. Porém, a exclusão digital persistente (86,4% sem computador e 13,4% sem internet em 2022) expõe a desconexão entre políticas sociais e as exigências de economias pós-industriais. A teoria defende subsídios direcionados e parcerias público-privadas para inclusão tecnológica, reconhecendo que o consumo básico, embora vital, não basta para integrar grupos marginalizados a cadeias produtivas modernas.

Em Serviços Coletivos, a redução do índice (de 0,630 para 0,543) mascara *déficits* críticos, como 51,1% dos beneficiários sem esgoto em 2022, problema agravado pela falta de investimentos anticíclicos em infraestrutura. A abordagem Pós-Keynesiana insiste na necessidade de priorizar serviços coletivos em períodos de retração econômica, gerando empregos e evitando retrocessos sociais.

A Tabela 6 confirma que o Bolsa-Família tem um impacto significativo na redução da insuficiência socioeconômica, mas também evidencia que a desigualdade estrutural persiste, exigindo políticas complementares de longo prazo. Embora tenha havido uma redução da insuficiência em várias dimensões até 2022, a informalidade no mercado de trabalho, o *déficit* habitacional e a desigualdade no acesso a serviços essenciais continuam sendo desafios fundamentais para a política econômica brasileira. Dessa forma, a experiência do período analisado reforça a necessidade de uma estratégia integrada que combine transferência de renda, investimentos em infraestrutura e políticas de fortalecimento do emprego formal para garantir uma trajetória de desenvolvimento mais equitativa e sustentável.

5 CONCLUSÃO

Este estudo analisou a insuficiência socioeconômica multidimensional no Brasil entre os beneficiários do Programa Bolsa-Família e os não beneficiários. Utilizando o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) e os microdados da PNAD Contínua, foi possível evidenciar a persistência de desigualdades profundas entre os beneficiários do programa e os não beneficiários em diversas dimensões, incluindo educação, mercado de trabalho, condições habitacionais e acesso a bens e serviços públicos.

Os resultados demonstram que, embora o PBF tenha um papel significativo na redução da pobreza monetária e na melhoria de indicadores sociais, sua capacidade de transformar estruturalmente a realidade socioeconômica das famílias beneficiárias é limitada. A persistência de altas taxas de informalidade, desalento e baixas qualificações educacionais entre os beneficiários sugere que a transferência de renda, isoladamente, não é suficiente para romper o ciclo intergeracional da pobreza.

Sob a ótica keynesiana e pós-keynesiana, os dados analisados reforçam que políticas de transferência de renda são eficazes na manutenção da demanda agregada e na estabilidade macroeconômica, mas devem ser complementadas por políticas estruturais de geração de emprego formal, investimentos em educação e infraestrutura, especialmente em infraestrutura social, e regulação do mercado de trabalho. A ausência de maior integração entre o Bolsa-Família e outras políticas públicas reduz seu potencial de impacto no longo prazo. Embora o programa desempenhe um papel essencial na mitigação da pobreza monetária, sua efetividade poderia ser ampliada com estratégias que favoreçam a autonomia econômica das famílias. Dados recentes indicam que uma parcela significativa dos novos postos de trabalho tem sido ocupada por beneficiários do PBF, sugerindo que o programa pode atuar como um mecanismo de transição para uma maior inclusão produtiva.

Entre as principais limitações deste estudo, destaca-se a utilização de dados secundários, que, embora amplamente representativos, impõem restrições na análise de fatores qualitativos que influenciam a pobreza multidimensional. Além disso, a abordagem metodológica baseada no IISM permite captar privações objetivas, mas pode subestimar aspectos subjetivos da insuficiência socioeconômica, como percepções de bem-estar e mobilidade social.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da análise para incluir dados mais recentes e explorar o impacto do programa sob diferentes conjunturas econômicas e políticas. Além disso, estudos qualitativos podem complementar os achados quantitativos ao investigar como beneficiários percebem as mudanças em suas condições de vida e quais são os principais

desafios enfrentados na superação da pobreza. Ademais, pesquisas que avaliem os efeitos combinados do PBF com outras políticas de inclusão produtiva podem fornecer subsídios valiosos para o aprimoramento das estratégias de combate à pobreza no Brasil.

Em suma, o Programa Bolsa-Família desempenha um papel essencial na redução das desigualdades sociais, mas sua eficácia é condicionada à implementação de medidas complementares que promovam transformações estruturais. O enfrentamento da pobreza e das desigualdades, a partir de uma concepção multidimensional, exige uma abordagem integrada, que combine transferências de renda com investimentos públicos em educação, saúde e infraestrutura social, bem como uma política de emprego que possibilite a autonomia econômica das famílias mais vulneráveis. Apenas nesses termos é possível pensar o enfrentamento da ISM no país de forma estrutural.

REFERÊNCIAS

- AGESA, J.; AGESA, R. U. Market structure–driven discrimination and the earnings of subordinate managers: an analysis by union density. **Journal of Post Keynesian Economics** / Winter 2007–8, Vol. 30, No. 2 205, 2007.
- ARESTIS, P.; CHARLES, A.; FONTANA, G. Power, Intergroup Conflicts and Social Stratification in the United States: What has the Global Crisis Taught us? **Review of Social Economy**, Vol. 73, No. 4, 370–387, 2015.
- BACCARO, L.; PONTUSSON, J. Rethinking Comparative Political Economy: The Growth Model Perspective. **Politics & Society**, 1–33, 2016.
- BEHRINGER, J.; TREECK, T. V. Income Distribution and Growth Models: A Sectoral Balances Approach. **Politics & Society**, 1–33, 2019.
- BOTTA, A. et al. Inequality and finance in a rent economy. **Journal of Economic Behavior and Organization**, 2019.
- BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. **Lei que institui o Programa Bolsa Família**. [Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14601.htm. Acesso em: 02 de maio de 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria** / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, **Família e Combate à Fome**. Estudo sobre contratação de trabalhadores beneficiários de programas sociais. Fundação Getúlio Vargas, 2024.
- BRAUNSTEIN, E.; STAVEREN, I. V.; TAVANI, D. Embedding care and unpaid work in macroeconomic modeling: a structuralist approach. **Feminist Economics** 17(4), 5–31, 2011.
- CARVALHO, Laura. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2021.
- COSTA, D. M. et al. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. **Cad. Saúde Pública**, 2023.
- DYMSKI, G.; HERNANDEZ, J.; MOHANTY, L. Race, Gender, Power, and the US Subprime Mortgage and Foreclosure Crisis: A Meso Analysis. **Feminist Economics** 124-151, 2013.
- EDERER, S.; MAYERHOFER, M.; REHM, M. Rich and ever richer? Differential returns across socioeconomic groups. **Journal of Post Keynesian Economics**, 2020.
- GONÇALVES, M. P. Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. **Revista Princípios**, nº 169, 2024.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Brasília, 2009.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicados IPEA**. Brasília, 2012.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Brasília, 2019.

KALECKI, M. **Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. London: Macmillan, 1936.

LAVOIE, M. **Post-Keynesian Economics: New Foundations**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014.

LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. **Wage-led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. I, T 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção os Economistas), 1867.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. I, T 2, São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção os Economistas), 1867.

MORAES, V. D.; PITTHAN, R. G. V.; MACHADO, C. V. Programas de Transferência de Renda com condicionalidades: Brasil e México em perspectiva comparada. **Saúde Debate**, V. 42, N. 117, P. 364-381, 2018.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RICARDO, D. **Princípios da Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas), 1817.

ROCHA, S. O programa Bolsa-Família. Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, V. 20, 2011.

SAY, J. B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultura, 1986 (Coleção Os Economistas), 1803.

SEGUINO, S. Engendering Macroeconomic Theory and Policy. **Feminist Economics**, 2019.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

STOCKHAMMER, E. Post-Keynesian macroeconomic foundations for comparative political economy. **Politics & Society**, 1–32, 2021.

STOCKHAMMER, E.; DURAND, C.; LIST, L. European growth models and working-class restructuring. An International post-Keynesian Political Economy perspective. **Environment and Planning A**, 1–25, 2016.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate Demand and the Slowdown of Brazilian Economic Growth from 2011-2014. **Nova Economia**, v. 25, n. 3, p. 803-833, 2015.

SZYMBORSKA, H. K. Wealth structures and income distribution of US households before and after the Great Recession. **Structural Change and Economic Dynamics**, 168–185, 2019.

TIPPET, B.; ONARAN, O.; WILDAUER, R. The effect of labor's bargaining power on wealth inequality in the UK, USA, And France. **Review of Income and Wealth**, Number 1, 2024.

TROVÃO, C. J. B. M. Desigualdade multidimensional: uma abordagem keynesiana. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 33, p. 47-58, 2016.

TROVÃO, C. J. B. M. **Desigualdade Multidimensional**: uma abordagem Keynesiana para o seu enfrentamento. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Unicamp. Campinas, SP, 2015.

WORLD BANK. **The State of Social Safety Nets**. 2018.